



sp⁷¹informação

ser professor

é juntar forças numa caminhada que tem por destino o futuro. É não desistir de ver dignificada uma profissão que promove uma sociedade mais solidária, mais livre, mais exigente e mais capaz de combater por um mundo melhor.



1º Ciclo do Ensino Básico

SPN intenta ação contra o ME

O tempo de intervalo dos alunos do 1º Ciclo deixou de ser considerado tempo letivo dos professores na governação do PSD/CDS-PP. Como o atual governo mantém a situação, o SPN entregou no TAF do Porto uma ação em que pede a declaração de ilegalidade desta norma administrativa.

A não inclusão dos intervalos como tempo de trabalho constitui um injustificado tratamento diferenciado dos professores, quer em relação aos dos restantes níveis de educação e ensino, quer aos trabalhadores de outros setores, quer até em relação aos docentes do 1ºCEB que exercem nas regiões autónomas. É este o entendimento no Sindicato dos Professores do Norte (SPN).

Em causa está o despacho normativo que regula a organização do ano letivo, que, sendo uma norma administrativa (não legislativa), prevê, para a elaboração dos horários, a não integração dos intervalos na componente letiva dos docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico, o que, na prática, também conduziu a um aumento semanal da carga curricular dos alunos em duas horas e meia.

A Provedoria de Justiça já se pronunciou sobre a matéria, reconhecendo a razão dos professores, e a própria secretária de Estado da Educação, em reposta, reconheceu “desajustes” na norma. Por seu turno, os gabinetes jurídicos dos sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) entendem estar-se perante uma violação do previsto no Estatuto da Carreira Docente quanto à duração e organização do trabalho, bem como do princípio da igualdade.

Face à situação, o SPN entregou no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, em representação dos seus associados, uma ação administrativa contra o Ministério da Educação, pedindo que seja julgada procedente a declaração de ilegalidade da referida norma.

Diversos estudos – o último divulgado recentemente pelo Conselho Nacional de Educação – têm confirmado que os professores portugueses são os que trabalham mais horas, no conjunto de países da OCDE [*Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico*].

spninformação

Diretora Manuela Mendonça • **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim • **Capa/design da imagem** Adriano Rangel • **Fotografia** Henrique Borges • **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto • Tel.: 226 070 500 • Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares • **Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal** nº 238855/06 • **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

Valorizar e melhorar a condição profissional dos docentes

[editorial]

A Recomendação da OIT/UNESCO sobre a condição do pessoal docente, adotada no dia 5 de outubro de 1966, visa “consciencializar as sociedades e os poderes políticos para o papel fundamental que os professores desempenham nos processos de desenvolvimento humano”.

A primeira edição portuguesa do texto, datada de 1971, foi amplamente divulgada pelos Grupos de Estudo como um instrumento de legitimação da defesa de um estatuto profissional para os professores portugueses, assim como do direito de associação profissional, à data expressamente proibida aos docentes do sistema de ensino oficial.

Defendendo o direito à educação e a responsabilização dos Estados pelo seu financiamento, afirmando a necessidade de garantir à profissão docente um estatuto compatível com a função social que desempenha, lembrando a importância das organizações de professores e o seu contributo para o progresso da educação, a recomendação mantém, 50 anos depois, grande atualidade, facto assinalado nas iniciativas desenvolvidas em todo o mundo para celebrar o aniversário.

E se o momento é de lembrar às autoridades de cada país tudo o que ainda falta para que a recomendação se torne uma realidade, em Portugal isso assume particular pertinência num contexto de progressiva intensificação, burocratização e precarização do trabalho docente. Dados recentemente vindos a público retratam uma profissão envelhecida, desmoralizada e exaurida – um terço dos professores deixariam a profissão se tivessem oportunidade e mais de 80% não sentem o seu trabalho reconhecido pela sociedade.

A deterioração das condições de exercício da profissão docente verificada nos últimos dez anos tem de ser revertida com medidas concretas, como a definição clara do que é atividade letiva e não letiva, a redução do número de alunos por turma e de turmas/anos de escolaridade por professor, o descongelamento da progressão na carreira com a contagem integral do tempo de serviço ou a recuperação de um regime especial de aposentação, sem o qual a média de idades do pessoal docente chegará rapidamente aos 60 anos, enquanto largos milhares continuam no desemprego.

Estes são problemas que não afetam só os professores; afetam também os alunos, as escolas e o sistema educativo.

Para os próximos três anos, o Sindicato dos Professores do Norte elegeu três objetivos centrais para a ação sindical: mais dinheiro para a educação; mais democracia para as escolas; mais respeito pelo trabalho dos professores. Só uma forte mobilização e ação coletiva dos professores poderá obrigar o Governo a tomar medidas efetivas nestas três áreas, ainda que nas que têm maior impacto orçamental as soluções possam ser graduais e faseadas.

De modo diferente, vários testemunhos nesta edição chamam a atenção para essa necessidade de ação e proposição, no exercício de uma cidadania democrática e participativa. E para a responsabilidade de, enquanto professores e educadores, não deixarmos para outros uma luta que é nossa. Porque, como bem dizia Licínio Lima, numa iniciativa recente sobre o Dia Mundial dos Professores, “o desafio da democratização da escola não será alcançado pelos professores e educadores isoladamente, sem mobilizar terceiros. Mas sem o cumprimento das suas responsabilidades ético-políticas e à margem de uma pedagogia democrática conduzida pelos professores, tal desafio será seguramente impossível de realizar”.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN





ESCOLAS À BEIRA DE UM ATAQUE DE NERVOS

SOARES DOS REIS. Na sequência do pedido de cessação de funções apresentada pela Comissão Administrativa Provisória da Escola Artística Soares dos Reis, nomeada em 26 de novembro de 2015, a diretora-geral dos Estabelecimentos Escolares nomeou, por despacho de 20 de outubro de 2016, uma nova CAP, desta feita constituída por professores da escola e, como tal, com o perfil e composição adequados para resolver os problemas que a escola tem vindo a enfrentar e que estavam a pôr em causa o seu prestígio e imagem, tornando-a inoperante e impossibilitando-a de prosseguir o ensino de qualidade que sempre foi seu apanágio e que os seus mais de 130 anos de atividade tornaram uma referência nacional e internacional no ensino das artes. Com a nova CAP abre-se, pois, um novo ciclo na vida da 'Soares dos Reis', que passará certamente pela normalização democrática, restituindo a confiança a todos quantos nela estudam e trabalham, bem como à comunidade educativa em geral.

AGRUPAMENTO DE CANELAS. O arranque do ano letivo ficou marcado por uma tranquilidade que há muito não se via, mas a meio de outubro o silêncio foi quebrado: a Escola Básica e Secundária de Canelas (Gaia) encerrou vários dias, a meio da tarde, por falta de assistentes operacionais e a presença de encarregados de educação na comunicação social acabou por furar o silenciamento de qualquer notícia que pudesse colocar em causa a unanimidade. Canelas é exemplar: foi requalificada pela Parque Escolar, numa empreitada superior a 20 milhões de euros, mas o edificado cresceu na proporção inversa dos recursos humanos; não houve alteração do rácio para a distribuição de assistentes operacionais e técnicos (os serviços administrativos têm estado encerrados durante as tardes). A teoria de que é sempre possível fazer mais com menos acaba quando dá de caras com a realidade e, neste caso, a guarda e segurança dos alunos começam a ficar em causa. Mas a falta de auxiliares é apenas a ponta do iceberg, porque as dificuldades orçamentais das escolas poderão colocar em causa outras dimensões...

AGRUPAMENTO DO CERCO. Os alunos estiveram sem bar até ao dia 12 de outubro. Entretanto, o problema foi parcialmente solucionado, com o Ministério da Educação a colocar tarefas como assistentes operacionais, com contrato a tempo parcial, uma vez que cada uma faz três horas e meia diárias (não podem ultrapassar quatro horas), e a termo certo, uma vez que só estarão no ativo até 23 de junho do próximo ano. O ME contribui assim para o emprego precário destas trabalhadoras, muitas delas sem formação adequada para a função pretendida. Este sistema de tarefas não responde às necessidades das escolas e agrupamentos. Há anos que o Agrupamento do Cerco se depara com este problema, as necessidades estão há muito diagnosticadas, tendo sido feito um levantamento rigoroso das necessidades, que são do conhecimento da comunidade educativa, da DGEST e do ME. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Fenprof continuarão a denunciar estas situações, exigindo a abertura urgente de vagas de quadro que correspondam às necessidades permanentes dos estabelecimentos.

ANCORENSIS. A cooperativa de ensino com sede em Vila Praia de Âncora decidiu en-cerrar portas, alegando falta de financiamento para abertura de novas turmas – apesar de ter assegurado financiamento para 11 turmas. Após a deliberação, e quando tudo aponta-va para um despedimento coletivo, os 67 trabalhadores (40 dos quais docentes) foram surpreendidos com a comunicação da caducidade dos seus contratos, decisão que se afasta das regras do Código do Trabalho. Posteriormente, os trabalhadores foram notificados da decisão da cooperativa de avançar para um processo especial de revitalização que permite ao devedor em situação económica difícil ou de insolvência iminente negociar um acordo que leve à sua revitalização. Apesar de não ser ainda conhecido o plano da Ancorensis para a sua recuperação, o prazo para os trabalhadores procederem à reclamação dos seus créditos está a decorrer. Nesse sentido o SPN continua a acompanhar os associados, procurando garantir a defesa dos seus direitos num momento tão difícil.

OS DIRECTORES QUE TEMOS...

[opinião]

A propósito da não comunicação na plataforma SIGRHE, pelos directores, da aceitação presencial de candidatos colocados em contratação inicial.

No dia 30 de Agosto, foram divulgadas pela DGAE as várias listas no âmbito dos concursos de Mobilidade Interna e Contratação Inicial. Os docentes externos que obtiveram colocação neste último tinham de cumprir com os deveres de aceitação e apresentação, sob pena de anulação da colocação e de impossibilidade de colocação em exercício de funções, neste ano, em escola pública. Para apresentação, os docentes dispuseram de três dias úteis (1, 2 e 5 de Setembro), mas para a aceitação apenas dos dois primeiros. No entanto, aos colocados no concurso de contratação foi dada “a faculdade de, dentro do prazo indicado [dias 1 e 2], poderem aceitar a colocação de modo presencial (...), devendo neste caso ser o representante da escola a indicar a aceitação do candidato na plataforma eletrónica SIGRHE, dentro dos prazos previstos para aceitação.” [DGAE, *Nota Informativa de 30 de agosto de 2016*]

Ora, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN/Fenprof) tomou conhecimento de que 109 docentes (número da DGAE) optaram por esta aceitação presencial, sem que os respectivos directores tenham registado a aceitação na plataforma SIGRHE, como era sua obrigação. Dessa omissão resultou que, nas áreas individuais dos docentes, tenha constado durante alguns dias a menção “a aguardar aceitação”, depois substituída por “não aceitou em tempo útil a colocação” – o que fez os visados temerem pelo seu futuro profissional, ainda que não tendo qualquer responsabilidade na situação criada.

Na sequência dos contactos do SPN/Fenprof com a DGAE e de um ofício à secretária de Estado da Educação, o problema veio a ser resolvido, mas só no dia 12 de Outubro. O atraso levou a que alguns docentes tenham sido substituídos por outros, entretanto requisitados pelas escolas e colocados através da Reserva de Recrutamento, e fez com que, na sua maioria, não tivessem recebido atempadamente o vencimento correspondente a Setembro e Outubro...

José Manuel Costa

O autor não respeita, intencionalmente, o Acordo Ortográfico de 1990

O bom, o mau e o vilão. Feito o enquadramento do problema, felizmente já resolvido (o que não isenta a DGAE de responsabilidades), há um ponto comum nas diferentes situações – a falha, por omissão, de um

conjunto alargado de directores... Há, contudo, que deixar claro que o comportamento não foi uniforme, e aqui apresentamos três exemplos, a modos de ‘o bom, o mau e o vilão’. Nos três, as docentes colocadas fizeram a aceitação presencial no dia 1 de Setembro. Alertado por uma docente colocada em contratação, o director de um agrupamento do distrito de Aveiro assume o erro e o contacto com a DGAE para resolver o problema. À colega – imediatamente isentada por ele de quaisquer responsabilidades – foi atribuído o respectivo horário, que cumpriu desde logo, mesmo enquanto a situação continuava por esclarecer pela DGAE.

Também alertada por uma docente, a directora de um agrupamento do distrito do Porto reconhece a gravidade da situação, e até a sua responsabilidade, mas, informalmente, diz que a situação pessoal não lhe permite assumir essa responsabilidade perante a Administração, pois não teria condições para, eventualmente, arcar com um processo que a pudesse penalizar financeiramente! Com o início das actividades lectivas, à docente não foi atribuído o serviço de acordo com o horário que lhe fora atribuído.

Já o director de uma escola secundária do distrito do Porto, ao tomar conhecimento da situação, de imediato procurou iludir a sua responsabilidade, afirmando que a falha fora da colega, por não ter feito a aceitação na plataforma, e reiterando essa afirmação quando contactou a DGAE sobre o problema! Com o início das actividades lectivas, à docente não foi distribuído o serviço de acordo com o horário que lhe fora atribuído, ficando várias turmas sem aulas da disciplina em causa! Quando, mais tarde, a docente procedeu à formalização do requerimento para o cumprimento efectivo do seu horário e o pagamento do vencimento de Setembro, que não lhe fora abonado, a resposta deste ‘senhor’ foi confirmar que iria colocar o horário na plataforma (pedindo outro docente para o mesmo) e proibir, com efeitos imediatos, a entrada da colega nas instalações da escola, chegando mesmo a acusá-la de má-fé!

Alguém ainda tem dúvidas quanto à urgência de alterar o modelo de gestão das escolas e agrupamentos?!

2016, A EXCEÇÃO QUE DEVIA SER REGRA

Ano após ano, quando parecia que pior era impossível, em matéria de concursos e colocações, a ineficácia e incompetência de várias equipas ministeriais descobriam formas de ir fazendo sempre pior, com o auge a ser atingido pelo gabinete de Nuno Crato. Ficarão para sempre na memória a absurda criação das bolsas de contratação de escola (BCE) – desastre mais do que previsível, chegando a haver docentes colocados simultaneamente em dezenas de escolas – e a rábula da fórmula que primeiro estava certa e depois estava errada, cuja consequência foi apenas a demissão do então diretor-geral da Administração Educativa (responsável técnico dos concursos), sem que alguma responsabilidade política fosse assumida. Mas eis que o dia 30 de agosto de 2016 veio marcar a diferença face a uma espiral de asneira que parecia não ter fim. E que talvez não tivesse, se as eleições legislativas de há um ano não tivessem dado origem a um novo quadro parlamentar e a uma governação necessariamente diferente.

Assim, em menos de um ano, a viragem política produziu diversas medidas de sentido positivo, entre outras: a reposição do valor integral que os salários tinham em 2010; a redução da sobretaxa de IRS, com a eliminação prevista para 2017; a reposição dos quatro feriados anteriormente eliminados; o fim da requalificação, que já vitimara alguns professores; a gratuidade dos manuais no 1º Ciclo; a extinção da PACC, do PET e dos exames dos 4º e 6º anos; e, claro, as famigeradas BCE.

Mais colocações. O fim das BCE foi uma das condições que possibilitaram que as listas de colocação no âmbito da Mobilidade Interna e da Contratação Inicial tenham produzido um número de colocações muito superior ao que se vinha registando nos últimos anos. No que respeita apenas à 1ª prioridade da mobilidade interna (docentes sem componente letiva, em 'horário-zero'), dos 7402 candidatos, foram retirados 3100 e obtiveram colocação 2730, ficando por colocar 1572 – número elevado, sem dúvida, mas inferior ao registado nos últimos anos, pela mesma data. Mais importante, nas reservas de recrutamento que se seguiram, particularmente nas duas primeiras, os números

de colocados ou retirados foi muito significativo, ao ponto de, após sete reservas de recrutamento, serem apenas 114 os docentes com 'horário-zero' a aguardar colocação, destacando-se negativamente os grupos de Educação Tecnológica, Educação Visual e Tecnológica, Educação Pré-Escolar e Ciências Agropecuárias, com quase 80% do total.

Também no que respeita à contratação, os números são francamente melhores do que em anos anteriores. Na contratação inicial, cujas listas saíram a 30 de agosto, houve um total de 7306 colocações e renovações, todas em horários anuais – em 2015 foram 3782 e no ano anterior apenas 3257.

E se tivermos em conta as sete reservas de recrutamento divulgadas até 21 de outubro, o número total de contratações – englobando também horários temporários – chega quase às 19 mil, mais 6 mil do que no ano anterior, na mesma data.

Sangue novo. Contudo, se é verdade que estes números são mais animadores do que no passado recente, eles não deixam de indiciar, direta ou indiretamente, alguns dos problemas do sistema educativo. Por um lado, o número relativamente elevado de contratos em horários anuais e completos revela a inadequação dos quadros de agrupamento e de escola (e mesmo de zona), em muitos casos subdimensionados, sem prejuízo de num ou outro grupo de recrutamento e/ou numa ou outra região, o problema ser o inverso. Por outro lado, o número também elevado de colocações que vão sendo necessárias ao longo do ano não nos permite esquecer um grave problema que afeta a profissão e as escolas – o acentuado envelhecimento da classe docente, a que se associa, de forma crescente em número e gravidade, um conjunto de problemas de saúde física e psíquica que muito contribuem para as necessidades adicionais do sistema.

Por isso, a bem dos docentes, dos alunos e da Escola, é urgente introduzir na legislação medidas que permitam a aposentação voluntária em condições de dignidade a docentes que já muito contribuíram com saber e empenho para a profissão que abraçaram, permitindo o consequente rejuvenescimento da classe e o ingresso na profissão do sangue novo de que tanto necessita.



AMIZADE NÃO SE AGRADECE, ABRAÇA-SE

No dia 8 de outubro, a amiga e colega Paula Gonçalves deixou-nos, ficando um espaço vazio no lugar que ocupava de forma bonita, única, repleta de alegria, e que não voltará a ser preenchido. Um sorriso imenso iluminava a face desta mulher lutadora que, de forma convicta, dizia continuar a acreditar num futuro digno para a profissão docente.

Dirigente da Educação Pré-Escolar no SPN, em Viana do Castelo, dignificou sempre a luta dos educadores e dos professores, contribuindo de forma ativa e significativa para a defesa e conquista dos seus direitos. Era uma profissional de mão-cheia, reconhecida por todos que tiveram a oportunidade de com ela trabalhar como uma pessoa alegre, lutadora e solidária, um ser humano exemplar para toda a classe docente. Quando, um dia, alguém lhe disse que “há muito mais para viver para além da escola”, respondeu “Ai não há, não!”, demonstrando de forma clara a sua paixão pela profissão.

A Paulinha acreditou até ao último momento que venceria a que foi a sua última luta; ao que entendia ser um desafio que lhe tinha sido colocado, respondia que a vida é dura para quem é mole. Entre as flores no jardim e as telas que inundava de cor, avistando o mar, idealizava um futuro mais risonho, que, infelizmente, acabou por não acontecer.

Tive o privilégio de ser amiga dela e de lutar ao seu lado. E recordo o que disse um dia: “A amizade não se agradece, abraça-se...”

Um abraço, Paulinha.

Júlia Vale

Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo

MINISTÉRIO FRUSTRA EXPECTATIVAS

A Educação Pré-Escolar (EPE) é um desafio permanente e são vários os parceiros que, através dela, vão procurando responder às necessidades sociais das populações. Centrando no social a sua preocupação, vão penalizando a vertente pedagógica do setor, que é de enorme importância no desenvolvimento pessoal e no percurso educativo das crianças; setor que nunca se inibiu de desenvolver projetos, de intervir na sociedade e de contribuir para a sua transformação e desenvolvimento.

Ao longo dos anos, as sucessivas equipas ministeriais têm mantido uma atitude discriminatória relativamente ao calendário escolar da EPE. O atual governo, após promessas veladas de que iria resolver a questão acabou por mantê-la, defraudando as expectativas. O que se verifica é que o discurso público do Ministério da Educação, em particular do secretário de Estado João Costa, no sentido da valorização do setor, não tem aplicação prática – à semelhança de outros, ignorou completamente a sua importância, a integração dos jardins de infância nos agrupamentos, os processos de avaliação, as orientações curriculares, entre outros aspetos.

O trabalho desenvolvido pelos educadores de infância é essencial ao desenvolvimento global da criança e tem de ser valorizado na sua especificidade. No entanto, são várias as situações de claro desrespeito, com a imposição de lógicas de funcionamento que têm, necessariamente, de ser invertidas: intervalos no horário dos educadores (à semelhança do 1º Ciclo), sumários eletrónicos, grelhas de avaliação perfeitamente infundadas, imposição de projetos autárquicos, ausência de participação democrática... Por outro lado, há municípios que usam e abusam do poder, utilizando espaços comuns de participação para fazerem prevalecer as suas opções enquanto autarquia, independentemente do prejuízo que possam representar para a prática pedagógica.

Estamos, pois, num tempo em que se torna necessário reafirmar a importância pedagógica da EPE. Hoje impõe-se uma postura diferente. Exige-se reafirmar a profissão!

Continuar a denunciar e combater. Mais um ano letivo e os problemas no 1º Ciclo permanecem, embora num contexto político diferente, que criou algumas expectativas relativamente à Educação. No entanto, desde o início do ano, não houve nenhum sinal que indiciasse a vontade do Governo de olhar seriamente para o setor e resolver problemas, ainda que de forma faseada.

Assim, porque a razão nos assiste, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) continuará a denunciar e a lutar contra todas as situa-



ções que, frequentemente, são alvo de abusos e ilegalidades. Aos professores, nas escolas, compete não deixar que a prepotência e o abuso de diversos poderes avolumem os problemas e, por outro lado, dar corpo a ações que venham a realizar-se para pressionar o Parlamento e o Governo.

Importa, por isso, lembrar situações que todos os professores do 1º Ciclo devem denunciar e combater enquanto não forem alteradas as condições:

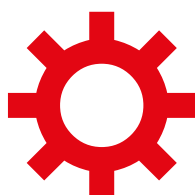
alunos por turma: 26, no máximo, ou 20, em turmas com um ou dois alunos com necessidades educativas especiais – cabe aos professores zelarem pelo cumprimento desta norma, não aceitando e denunciando as situações que a ultrapassem;

artigo 79º: a dispensa total da componente letiva aos 25 e 33 anos de serviço, prevista no Estatuto da Carreira Docente como compensação pelo exercício continuado em monodocência, é um direito dos docentes que mantém as 25 horas do horário letivo, mas realizando tarefas que não envolvam trabalho direto com alunos; - o mesmo para a redução da componente letiva para 20 horas, aos 60 anos de idade – o despacho para a organização deste ano letivo abre a possibilidade de os docentes nessa situação ficarem sem turma e realizarem tarefas de coadjuvação, apoio a alunos, implementação do programa de promoção do sucesso, etc.;

AEC: não podem interromper os tempos curriculares, devendo ter lugar, *preferencialmente*, nos finais de turno, mesmo quando realizadas por colegas do agrupamento de outros níveis de ensino;

reuniões fixas: integram a componente de estabelecimento e devem ter uma duração estipulada (geralmente duas horas); se a componente de estabelecimento estiver totalmente preenchida na semana em que ocorra a reunião, não devem ser realizadas outras tarefas marcadas na componente de estabelecimento.

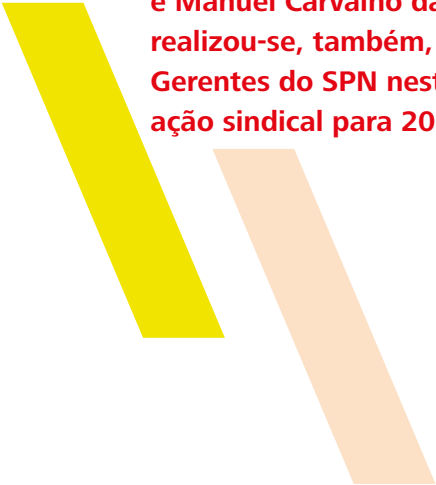
Porque o respeito e a valorização profissional se alcançam pela conformidade à Lei e pelo exercício dos direitos e deveres, o SPN deseja a todos os educadores e professores um ano letivo com redobrado fôlego e com disponibilidade para contribuir para a alteração do estado de coisas, quer com os colegas, nos locais de trabalho, quer com o sindicato – uma força que conta!



ESCLARECIMENTO DA IGEC

Tendo recebido denúncias de que, na elaboração dos horários dos docentes da EPE, as direções de alguns agrupamentos adotaram a aplicação do número 4 do artigo 6.º do Despacho Normativo 4-A/2016, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) solicitou à Inspeção-Geral de Educação e Ciência que se pronunciasse sobre o assunto – não consideração do tempo de intervalo das crianças na componente letiva dos docentes. Perante a resposta clara da IGEC, afirmando que o referido ponto “só se aplica ao 1º Ciclo do Ensino Básico”, o Sindicato dos Professores do Norte exigiu às direções da sua área de intervenção que tomaram essa iniciativa que procedam à sua imediata retificação. Caso as situações não venham a ser alteradas, o SPN agirá em conformidade, designadamente, denunciando as ilegalidades junto da IGEC.

JORNADAS SINDICAIS 2016



A gestão democrática, o sucesso educativo e as desigualdades da globalização, foram os eixos das jornadas de reflexão e debate que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizou no início de setembro e onde intervieram Manuela Mendonça e Abel Macedo (em nome da direção) e os convidados Lurdes Figueiral, Francisco Teixeira, Sandra Monteiro e Manuel Carvalho da Silva. Durante as jornadas realizou-se, também, a primeira reunião dos Corpos Gerentes do SPN neste ano letivo, onde foi debatida a ação sindical para 2016/17.

São cinco as áreas em que o SPN – no âmbito da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – vai exigir ao Ministério da Educação avanços negociais: aposentação (antecipação do momento da aposentação voluntária, sem cortes, considerando o desgaste e a necessidade de rejuvenescimento da profissão); carreira (descongelamento das progressões e a contagem de todo o tempo de serviço); vinculação (combate à precariedade laboral e abertura de quadros conforme as necessidades das escolas); horário (respeito pelo conteúdo das componentes letiva e não letiva, individual e de estabelecimento); e a gestão – objeto de particular referência durante as jornadas.

Num registo de *'pode alguma coisa ser o que não é?'*, Manuela Mendonça começou por questionar se a *escola democrática* pode ser assim considerada, se não o é a sua governação e organização. Defendida e reivindicada pelo SPN, que sempre a considerou da maior relevância para a vida das escolas, quer pela dimensão política, quer pela forma como influencia as relações de trabalho e o clima escolar, a gestão marcará indelevelmente a atividade sindical do ano que agora inicia. Do debate ficou a ideia de que a democratização da governação das escolas – baseada na colegialidade e elegibilidade dos órgãos de gestão e direção – deve ser defendida pelo seu valor intrínseco, no quadro da garantia



dos direitos sociais e de cidadania, e pelo impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

Ao eleger este tema como um dos pilares da ação sindical, o SPN “tem consciência de que não será tarefa fácil”, como referiu Abel Macedo, e de que “a organização do trabalho sindical com os educadores e professores, nas escolas e agrupamentos, é fundamental para atingirmos o objetivo a que nos propomos”. De facto, sendo esta área tradicionalmente pouco mobilizadora dos docentes, o trabalho a realizar – a partir do 2º período – deverá ser perspectivado de forma a envolver todos os professores. E ideias para uma campanha por mais democracia nas escolas não faltam, como o envio de uma ‘carta de mobilização’ aos docentes; a divulgação e recolha de um inquérito; a realização de uma consulta aos professores e posterior divulgação dos resultados através da realização de reuniões para análise e discussão das propostas da Fenprof.

“Nós temos propostas, amplamente debatidas com os professores, para apresentar e vamos querer negociá-las com o ministério”, salientou Abel Macedo. O resultado – como acontece com quase todas as matérias em negociação – dependerá, em grande parte, do empenhamento e da vontade dos professores.

Esperança para mobilizar os professores. Recorrendo a Pablo Neruda e Eduardo Galeano, Lurdes Figueiral (Associação de Professores de Matemática) começou por “resgatar a utopia”, deixando uma palavra de esperança para uma profissão tão maltratada pelos anteriores ministros: primeiro por Maria de Lurdes Rodrigues, com a sua política de afrontamento aos professores, reduzindo-os a meros funcionários e retirando-lhes tempo para trabalhar com os alunos; depois, com Nuno Crato e as suas políticas retrógradas.

Realçando que uma opção educativa é sempre uma opção ideológica e que, portanto, nada do que se faz em educação é neutro, Lurdes Figueiral constata que quando Nuno Crato revogou o programa de Matemática de 2007, que vinha na continuidade de anteriores reformas, fê-lo porque sabia que esse programa estava ideologicamente comprometido com uma aprendizagem de descoberta, de compreensão, raciocínio e desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas. Ao invés, e em completa rutura com o trabalho que vinha sendo desenvolvido, implementou um programa baseado no domínio da memorização, da aquisição de conhecimento meramente técnico e de aplicação direta, formalista e de abordagem precoce dos conhecimentos, num incompreensível recuo às ideias dos anos ‘50 do século passado.

Se os últimos anos foram úteis para alguma coisa, sublinhou a dirigente da APM, foi para “todos percebermos como são frágeis as conquistas democráticas”. E na área da Educação são várias e diferenciadas as medidas completamente nefastas, implementadas num “clima de divisão e enviesamento, em que as coisas raramente eram o que diziam ser” e de que são exemplo: a forma como os professores perderam peso nas decisões da escola; a desvalorização de várias áreas do currículo; a desvalorização do trabalho das escolas e dos professores; os *rankings*; os mega-agrupamentos; a mega-burocracia; as precárias condições dos vínculos laborais; a falta de apoio a crianças com necessidades educativas... Tudo isto enquadrado por uma fúria avaliativa baseada no exame como valor único e supremo, em nome do rigor. “Rigor é sermos capazes de, na sala de aula, avaliar os alunos e ensinar para que aprendam. Isso é que é rigor, não é andar a treinar para exames.” Foram anos, também, em que se acentuou a

>>>



desmotivação e se instalou um profundo mal-estar entre os docentes, diretamente responsabilizados pelo insucesso e porque, afinal, o saber pedagógico não é um saber especializado.

Urge, portanto, reverter este estado de coisas e tornar claro que o sucesso só é possível com a afirmação do poder e o saber profissional dos professores! Este é o desafio que se impõe aos professores e superá-lo constituirá “um importante passo civilizacional”.

“É urgente ganhar os professores, confiar neles!” Aos professores tem de ser devolvido tempo, “que reivindicamos como nosso”. Tempo e liberdade! E porque a “solidão nos enfraquece como profissionais e adocece como pessoas”, temos de promover estratégias de colaboração. “Não temos razões para ter medo!” Se “há profissionais que todos os dias tocam o futuro, somos nós. Nós somos fazedores de futuro porque intervimos na formação das crianças e dos jovens!”

Escola-agente social, cultural e política. Enquadrando a problemática do sucesso educativo no grande ‘chapéu mexicano’ que é o currículo, Francisco Teixeira começou por caracterizar a visão neoliberal do currículo, que, no essencial, defende que à Escola está reservada apenas uma função instrumental: “serve as empresas, as famílias e as comunidades”, pelo que “não tem fins em si própria”. Nesta perspetiva, a Escola é um instrumento subsidiário ao serviço de fins económicos e sociais que “estão fora da escola” e são “estabelecidos de fora para dentro”. Nesta Escola, alunos e professores “nunca valem pelo que fazem, mas pelos resultados” – pelo que o sucesso educativo, medido pelos “resultados académicos aferidos em testes nacionais normalizados”, não é o sucesso das aprendizagens, mas o “sucesso das formas de amestramento”.

Nos antípodas desta Escola, Francisco Teixeira propõe uma outra, “agente social, cultural e política”. Ela deve, por isso, “orientar os valores, as técnicas e os fins educativos, assumindo que a educação é um processo que tem valor em si mesmo”. Recusando a ideia de “instauração de uma *república de professores*” nesta outra escola, o currículo visa uma experiência de sucesso educativo que “sirva os interesses das crianças e dos jovens, mediado pelos saberes profissionais dos professores”. Assim, num quadro muito amplo de valores e saberes académicos básicos, devem ser “os agentes educativos, sobretudo os professores, mas também alunos, pais na proporção certa e outros profissionais da educação, a decidir o currículo de cada escola”.

Neste modelo, a escola não se transforma “numa fábrica de produção alienada, mas numa associação de liberdade, justiça e conhecimento”. O mesmo é dizer que “a escola deve fechar-se ao meio para melhor intervir no meio”, pois evita “ser a serviçal dos poderes fácticos locais”. Muito do seu sucesso passará por abandonar a ideia de que “a escola toda” é a sala de aula, pois, aquilo que aí se “aprende depende do que se passa dentro da escola”. É sobre o “contexto escolar amplo que se deve agir”. A sala de aula deverá ser o reflexo do que ocorrer na escola e não o contrário.

Como atingir tal desiderato? Pluralizando o currículo, isto é, acabando com a ideia de que “existem disciplinas mais estruturantes que outras”. A Matemática, o Português ou as ciências duras não são mais importantes do que “as ciências sociais e humanas ou as disciplinas expressivas”. Assim, propõe-se a construção de uma Escola de projetos curriculares plurais, onde – a par de “saberes tradicionais de tipo académico”, essenciais para que a escola possa cumprir “as suas funções edificatórias e emancipatórias” – a Educação Cívica ou para a Cidadania, ou para a Liberdade, seja um dos pilares fundamentais, a par de “um campo não disciplinar de educação estética e expressiva” e de “uma área-projeto de conteúdo livre”. Francisco Teixeira propõe, ainda, “um campo curricular não disciplinar, facultativo, apostando na transversalidade, dando espaço e qualificando a experiência sociopolítica e expressiva dos alunos”. Para o sucesso desta escola é fundamental que ela tenha mais tempo para os seus alunos, isto é, “mais professores, mais dinheiro”. A escola pública de hoje é “imensamente mais complexa do que há apenas vinte anos” e educar os alunos como fazia nessa altura pode tornar-se “mortal, como seria mortal tratar os doentes de hoje com as tecnologias e medicamentos de há vinte anos”.



Globalização acentua desigualdades. A fechar as Jornadas Sindicais do SPN, Sandra Monteiro (diretora da edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*) e Manuel Carvalho da Silva (sociólogo, ex-secretário-geral da CGTP-IN) protagonizaram um painel dedicado aos desafios da globalização e de que forma ela acentua as desigualdades sociais.

Sandra Monteiro começou por referir que a “globalização neoliberal” é uma forma de capturar o Estado e os seus recursos, “para expandir o mercado”, e que a desigualdade “não é só pobreza e exclusão; são políticas que têm na pobreza e exclusão uma parte, mas que abrangem o seu todo”. Apoiada em instituições “poderosíssimas”, a globalização faz com que os problemas das sociedades desiguais se acentuem, desigualdades, estas, que se manifestam em áreas como o acesso à educação, à cultura ou ao capital, e nas diferenças entre homens e mulheres, no tipo de emprego e nos salários, por exemplo – a “mão direita” e a “mão esquerda” que carregam pesos, contextos e direitos tão diferentes, exemplificou. Ainda de acordo com a diretora do LMD, as políticas de combate às desigualdades passam, por exemplo, por medidas de carácter universal, tendencialmente gratuitas ou mesmo gratuitas, pelo Estado ser um ator importante na provisão e nas políticas de redistribuição, fiscalização e socialização, pela aposta na qualidade e capacidade de resposta dos serviços públicos e pela gestão democrática. “Há escolhas políticas nas ações de combate às desigualdades”, destacou Sandra Monteiro.

Carvalho da Silva começou por sublinhar que as políticas do trabalho e as políticas sociais são da responsabilidade do Estado – “nunca nos podemos esquecer” – e que Portugal faz parte da União Europeia, onde a democracia e a soberania estão sob ordem e objetivos dos mercados e “a rua” (os cidadãos) é ignorada pelos governos. Estes são traços de um neoliberalismo que em Portugal produz e acentua desigualdades, leva à “financeirização” do capitalismo e tolhe as organizações económicas e sociais. “Nunca houve tanta riqueza como hoje e tanta possibilidade de melhor se distribuir essa riqueza”, frisou o ex-líder sindical, lembrando que frases como “o Estado é gastador” ou “os salários e direitos são obstáculos à competitividade” – que se vão fazendo ouvir nos últimos anos – servem o propósito da não distribuição dessa riqueza e “justificam o corte nos direitos das pessoas”. Assim, atualmente, temos “menos empregos, atipicidades, precariedades, desigualdades; uma Escola constrangida e mercantilizada, com áreas vitais secundarizadas e com os saberes e as capacidades dos professores apresentados como estorvo... E não é fácil resolver isto!”

Carvalho da Silva não tem dúvidas de que, “se a direita estivesse no poder, tinha havido mais políticas de austeridade”. Mas, realça, apesar de o atual Governo ter dado “alguns passos positivos”, há ainda muito por fazer: criar emprego, fazer com que o dinheiro chegue às pessoas e às empresas, libertar recursos para investimento e “fazer com que a exceção não passe a normalidade”. Neste sentido, os sindicatos são fundamentais na defesa dos direitos dos trabalhadores e da justiça social e na apresentação de propostas, porque “se não houver política, o mercado faz facilmente as coisas”. A “utopia do trabalho” abarca, então, a perspetiva de um futuro com “menos sofrimento, mais criatividade, dignidade e felicidade” e com a riqueza ao serviço da sociedade.

Rogério Ribeiro
e **Maria João Leite** / A Página da Educação

MANUEL CARVALHO DA SILVA

O tempo que vivemos é um tempo desafiante

"Globalização e desigualdades" foi o tema das jornadas sindicais do SPN. De que desigualdades falamos?

As desigualdades constituem hoje um problema à escala global. Há situações que até podemos compreender num outro tempo, mas que hoje são inadmissíveis. Sobre o que tem mais relação com o trabalho, por exemplo, nunca houve tantas condições para produzir riqueza como atualmente, ou seja, uma hora de trabalho produz hoje muito mais riqueza do que produzia há 50 anos, pelas possibilidades de utilização de tecnologias e daquilo que são os avanços da sociedade. Hoje é possível produzir muito mais riqueza com menos esforço e menos sacrifício, com mais participação e mais realização das pessoas, e é possível distribuir a riqueza de forma que antes não era possível. Portanto, não existe razão para as desigualdades que se estão observando.

No plano nacional, a invocação de que estávamos num momento de crise introduziu um conjunto de medidas políticas no Trabalho, na Educação, na Ciência, na Saúde, em todas as áreas: corta-se aqui, diminui-se as pensões, diminui-se os serviços de saúde... Mas isto é a exceção, o tempo da crise, e agora há a tentativa de passar a exceção a normalidade. E isso aprofunda desigualdades.

Depois há outros campos de desigualdade que emergem de avanços e contradições da sociedade. A universalização dos direitos sociais fundamentais, como o direito à saúde, ao ensino, à justiça, à proteção social, obriga a que o Estado disponha de orçamentos enormes para servir os cidadãos. Mas hoje há toda uma campanha para dizer que o Estado é gastador, como se a saúde, o ensino, etc., não fossem elementos fundamentais da nossa vida. Essa pressão para que o Estado não seja gastador provoca desigualdades, porque desarma proteções; muitos destes cortes destruíram condições das classes médias, e isso acentuou o fosso entre alguns e o comum dos cidadãos. E depois as desigualdades de género, as ruturas e as disfunções entre gerações... Tudo isso provoca desigualdades muito grandes.

Em Portugal, houve uma mudança, digamos, na forma de constituir governo...

Acho que hoje é evidente que se a direita continuasse no poder, os portugueses já tinham levado com mais algumas doses muito duras de austeridade. Não tenho dúvidas quanto a isso. E que já se teria fragilizado muito, por exemplo, a prestação de direitos sociais fundamentais, teríamos continuado a regredir na saúde e no ensino a uma velocidade grande. Mas acima de tudo, estávamos muito mais sacrificados, não duvido.

Houve aqui uma interrupção, mas não saímos das políticas de

austeridade. Isso é uma ilusão! Continuamos debaixo de pressão do Fundo Monetário Internacional, da União Europeia, de organismos internacionais, de tudo o que é domínio do neoliberalismo, no sentido de tentarem que as chamadas medidas de exceção se tornem normalidade, baixando o patamar de direitos, de condições, de salários, etc. Isto foi travado, mas não se saiu da austeridade... Outro aspeto positivo é que – embora numa posição que, em muitos momentos, entendo ser de excessiva submissão às imposições de forças europeias que não têm nenhuma preocupação com o nosso futuro, e que apenas querem impor uma agenda que lhes serve – este Governo tem, inquestionavelmente, uma postura muito mais de afirmação do nosso interesse e um diálogo ofensivo (chamaria assim) no seio da União Europeia. Tem havido coragem de fazer algumas afirmações, mas sem afrontar os outros, e de colocar o que nos interessa.

Estamos no bom caminho?

Criou-se um ambiente positivo, de esperança, de confiança... E este Governo deu alguns pequenos passos corajosos – também em função do acordo parlamentar em que se suporta, há necessidade de dinâmicas e esses pequenos passos, aqui e ali, foram importantes. Na Educação, foi muito simbólico o debate que se fez sobre os contratos de associação e como devem ser utilizados os meios – o que isso significou de atenção à Escola foi importante para a formação dos portugueses e vai ter reflexos. Ajuda a que sejam dados outros pequenos passos.

Diria que o tempo que vivemos é um tempo desafiante. Só que as pressões externas são muitas... E vamo-nos aproximando cada vez mais de uma necessidade imperiosa de agir ao mesmo tempo nas questões do imediato e na discussão de problemas estratégicos que atrofiaram o nosso desenvolvimento. Portugal tem de refletir sobre a sua condição como membro do grupo de países da moeda única. Temos de refletir e mobilizar a sociedade para uma perceção sobre o que é a dívida, como nos limita e como se pode resolver o problema, ou seja, como utilizamos os nossos recursos, as nossas capacidades, sem pensarmos que, agora, nos vamos desenvolver à margem da União Europeia ou do que se passa no mundo. Nada disso! Mas esta reflexão estratégica vai ter de entrar na agenda, sob pena de fracassarmos.

O neoliberalismo está a fazer com que a Europa perca a sua identidade?

Há identidades que foram perdidas ao longo do tempo. A ideia de que a cultura europeia, o percurso histórico do conjunto dos paí-



ses da Europa com centralidade no Norte, esquecendo o que foi o Mediterrâneo, ao longo de séculos, como centro de emanção e cruzamento de culturas que influenciavam o pensamento e as opções que eram assumidas no continente europeu, isso foi-se perdendo, e é difícil recuperar. É difícil recuperar uma posição predominante nas relações com os atores fundamentais à escala global; os europeus atrasaram-se na relação com África, com a Rússia, com a China, com os chamados emergentes...

O papel da Europa, de submissão, por exemplo, na invasão do Iraque sob comando dos Estados Unidos, o desastre a que conduziu e que hoje provoca estes dramas da Síria, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia... A União Europeia foi instrumento de mentiras, de massacres, de ruturas, e isso alterou imenso as condições de desenvolvimento da Europa. A incapacidade dos europeus para gerirem este problema tão delicado, que é o dos refugiados. A União Europeia não pode falar de globalização se não souber gerir o problema dos refugiados.

E depois há a agenda económica.

O [Joseph] Stiglitz alerta para o facto de não existir, nas relações à escala europeia, um contexto de equilíbrio que permita a países como Portugal terem projetos de desenvolvimento. Nós temos de pensar sobre isto. Para ter condições de desenvolvimento, um país tem de poder deitar mão aos seus recursos, tendo em conta as suas fragilidades, e não encontrar soluções com base nas predisposições dos outros. Quando temos uma dívida, ou um atraso em relação a alguém, nós temos de definir uma estratégia própria e não entregarmo-nos à estratégia de quem nos domina. Esse é o desafio que se coloca.

Sobre os desafios que se têm colocado e a perda de direitos...

Há uma coisa a referir. É que os direitos pressupõem deveres, e quando se desativam direitos sem justificação, está a criar-se a desresponsabilização dos cidadãos. Então, o que vamos ter são reações da sociedade em que o dever já não é cumprido porque o cidadão não tem direitos. Muitos dos comportamentos hoje vistos à escala global, que se consideram marginais, têm a ver com este princípio.

Quando se fala num direito, pressupõe-se um dever; quando se eliminam direitos ou se retira um direito em nome de qualquer coisa que depois não se fundamenta, o que se gera é desresponsabilização dos indivíduos a quem foram retirados os direitos, que já não vão agir em sociedade com o sentido de responsabilidade que tinham quando tinham o direito.

No contexto desta reflexão, do que fazer para enfrentar os desafios, qual é o papel dos sindicatos?

Há sempre três campos fundamentais. Um é a resposta aos problemas imediatos dos trabalhadores, que têm dimensões materiais ou têm a ver com o estatuto, a carreira, o papel que desempenham enquanto profissionais. Neste caso, o professor tem um papel na sociedade e é preciso que o estatuto docente seja reconhecido socialmente com uma determinada valorização. Os sindicatos têm de se preocupar com isso, com essas questões materiais e mais imediatas, onde aparecem os valores e a dignidade do trabalhador. Depois, os sindicatos têm outra particularidade, que é partirem do trabalho e das reivindicações dos trabalhadores para a formulação e articulação de propostas que constituam um contributo para o debate em sociedade – no caso dos professores, para que se debata a educação, o ensino, a formação, a política científica, etc. Finalmente, porque o social e o económico estão inseridos num todo onde também está o político, a articulação entre a agenda social e a agenda política é, historicamente, uma outra preocupação dos sindicatos. Portanto, é nestes três campos que eles têm de se mover.

E a mobilização social é importante.

Indispensável! Estamos em 2016 e não há nenhum movimento social mais antigo do que os sindicatos. É o movimento mais perene nas sociedades modernas. E como não se perspetiva que o trabalho deixe de existir, o sindicalismo – ainda que mudasse de nome – está positivamente condenado a existir e a ser ativo.

Maria João Leite / A Página da Educação

SANDRA MONTEIRO

É possível inverter a globalização neoliberal

Tendo em conta que a desigualdade não é só pobreza e exclusão, como referiu nas jornadas sindicais do SPN, quais são as maiores desigualdades em Portugal?

Portugal é dos países mais desiguais da Europa, e mesmo da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico]. Elas persistem há décadas e agravaram-se nos últimos anos. A pobreza e a exclusão também se agravaram e atingem níveis assustadores, em particular entre os idosos e nas famílias com filhos. Esta situação faz de Portugal um país muito polarizado, com enormes percentagens de população pobre e excluída e, do outro lado, população com rendimentos muito elevados. A ‘classe média’, se usarmos padrões de medição internacionais, só com muito boa vontade pode ser assim designada. A pobreza e a exclusão são duas das maiores tragédias da nossa sociedade, até porque além de aumentar o número de pobres, tem vindo a aumentar a intensidade da pobreza, medida pela distância a que alguém considerado pobre está do rendimento mediano abaixo do qual se cai na pobreza.

Mas a pobreza e a exclusão são apenas uma das facetas das desigualdades. Estas são multidimensionais (passam por todos os sectores) e sistémicas (produzem-se e reproduzem-se, persistindo). As maiores desigualdades em Portugal são económicas e resultam das enormes disparidades nos rendimentos (salários e outras formas de remuneração, pensões). Começam no trabalho, não são resolvidas pela fiscalidade nem pelas prestações sociais e prolongam-se nos sistemas de Segurança Social. Existem, contudo, muitas outras dimensões das desigualdades: na saúde, na educação, nas infra-estruturas (saneamento, etc.), na mobilidade, nos transportes, na alimentação, no género, na deficiência, nas práticas de cidadania, na acção colectiva, no acesso à cultura, ao património ou ao capital, etc. Juntando tudo isto abarca-se o essencial das chamadas desigualdades de recursos, vitais e existenciais.

Quais são as causas e como é possível combater essas desigualdades?

As causas das desigualdades são políticas que as promovem, porque elas não surgem ‘espontaneamente’. Nas décadas mais recentes, desde os anos ‘80, as causas das desigualdades prendem-se com a expansão de políticas neoliberais, que promovem uma engenharia social indutora de desigualdades. Refiro-me a políticas e orientações como a captura dos Estados por interesses privados e privatizações, desregulação do sistema financeiro, financeirização da economia,

liberalização comercial, fiscalidade regressiva, mercantilização dos serviços públicos, ataque ao mundo do trabalho (desemprego, precariedade, etc.) e à sindicalização...

Quanto mais profunda a inserção dos países nessas lógicas, traduzidas em medidas à escala internacional e nacional, mais se têm aprofundado as desigualdades, em sentido amplo (económicas, sociais, culturais, etc.). Para as combater é preciso inverter estas orientações, substituindo-as pela aposta num Estado orientado para o bem comum. Um Estado regulador e que aposta na provisão pública de bens e serviços; que se orienta por princípios de universalidade e gratuidade como os melhores garantes da redistribuição justa; que investe na gestão democrática aos mais diferentes níveis (administração, serviços públicos, etc.); que entende a coesão como social, mas também territorial; que investe em política industrial como factor de desenvolvimento e não de mero crescimento, etc. A boa notícia é que políticas neste sentido dão resultados claros e rápidos na redução das desigualdades, mesmo quando elas persistem há muito tempo.

É possível escapar ou inverter a globalização neoliberal?

Claro que é possível inverter esta globalização. Há muitos que a apresentam como um “estado natural e imutável” da organização política e social, mas ela é apenas uma construção humana – forte, há que admitir – como todas as que a precederam e as que lhe vão suceder. Mudanças de políticas que levem a um combate sério às desigualdades são, justamente, uma das melhores alavancas para que vejamos resultados nesse processo de inversão. Da globalização ficará sempre a parte que tem a ver com proximidades favorecidas pelas evoluções científica e tecnológica, para dar apenas um exemplo. Mas os conteúdos concretos da forma como se ‘globalizou’ não têm de ser neoliberais. Há mesmo, neste aspecto, uma espécie de internacionalismo, assente em articulações nacionais e regionais, a opor a esta globalização neoliberal: um internacionalismo que procure “globalizar” por máximos e não por mínimos sociais ou que reforce a organização do trabalho mundial combatendo a exploração, por exemplo.

Houve uma mudança política em Portugal. A Europa já ‘aceitou’, digamos assim, esta mudança, ou vamos ser ‘punidos’, mais tarde ou mais cedo?

A União Europeia (UE) tem contradições internas, com interesses



divergentes entre Estados e territórios. Do que temos visto, creio que temos todas as razões para pensar que os poderes vigentes na UE dispõem de força suficiente – quase constitucional, pela arquitectura institucional existente (instituições europeias, tratado orçamental e outros) – para decidir em função dos seus interesses próprios, e não dos da UE, apertar ou aliviar, consoante considerarem útil, o garrote da austeridade, dos ajustamentos, da dívida imposta a países como Portugal.

Penso que a mentalidade ‘punitiva’ da UE está no centro da construção europeia realmente existente e que é nossa obrigação não o ignorar. A única esperança de essa ‘punição’ – ameaça sempre presente – não ser efetivada reside na capacidade de as sociedades, como a portuguesa, organizarem um apoio crítico às alternativas políticas e às políticas alternativas. Por apoio crítico entendo acção política e social que defenda o que nessas soluções contraria as desigualdades, a austeridade, etc., e que critica tudo o que não é feito nesse sentido, por acção ou omissão (penso, por exemplo, no adiamento da questão da reestruturação da dívida).

Numa entrevista recente, Joseph Stiglitz [Nobel da Economia em 2001] defendeu a saída de Portugal do Euro, prevendo grandes dificuldades para o futuro em caso de permanência. O que nos pode dizer sobre isto?

Muitos economistas têm alertado, há muitos anos, para o problema da disfuncionalidade da construção da moeda única, desenhada para favorecer alguns países e incapaz, por esse mesmo desenho (moeda forte, etc.), de ser benéfica para países como Portugal. Recentemente, Stiglitz salientou isso mesmo: que a permanência de Portugal na moeda única não pode deixar de manter o país numa situação de quase estagnação da economia (intercalada com recessões), de elevados níveis de desemprego e pobreza no quadro de um padrão produtivo incapaz de se desenvolver nestas circunstâncias. Alertou-nos, portanto, para os limites que mesmo uma política anti-austeritária e orientada para combater recessão económica e regressão social terá na sua capacidade para melhorar (e a seguir manter) os níveis de justiça social a que se comprometer. O outro limite é a dívida actual. A situação, parece-me, é dema-

siado importante para que não se esteja a encarar com seriedade, no detalhe político e económico, um cenário de saída da moeda única. Tanto mais quanto essa saída até pode não ser voluntária. Na edição portuguesa do Le Monde Diplomatique procurámos, logo em 2013, contribuir para esta reflexão com o livro «Que fazer com este euro?» (Edições 70), no qual vários economistas traçam os cenários desta situação. Por vezes, é melhor ter uns maus seis meses do que hipotecar o futuro todo, e os portugueses têm de ser envolvidos neste debate para fazerem escolhas informadas.

Temos assistido a algumas mudanças na Educação – o exemplo mais recente prende-se com os contratos de associação. Como vê essas mudanças?

Vejo como muito positivas as mudanças que têm acontecido com o novo Ministério da Educação, sendo o fim dos contratos de associação um dos mais importantes exemplos dessa mudança. O início tranquilo do ano lectivo ficará também, creio, como uma marca importante deste primeiro ano da nova equipa ministerial no que se refere à defesa do sistema público de ensino.

Do lado negativo saliento os alarmantes níveis de desemprego e precariedade a que continuam a estar sujeitos muitos docentes, sobretudo quando é evidente que teríamos todas as vantagens – educativas e, portanto, para o futuro dos alunos – em diminuir o número de alunos por turma e, assim, poder ministrar um ensino de mais qualidade. Já no Ensino Superior, creio que é forçoso fazer uma avaliação diferente. As promessas de combate à precarização dos docentes estão a ser goradas, num sistema que assiste constantemente à diminuição do pessoal docente e à deterioração das condições de trabalho para os investigadores mais precários. A passagem das universidades a regime fundacional é outro logro, que vai acabar com o que resta de gestão democrática das universidades sem resolver nenhum dos problemas existentes.

Nota

Sandra Monteiro respondeu por e-mail às questões colocadas por Maria João Leite / A Página da Educação

Publicamos nesta edição mais um conjunto de intervenções de **delegados do SPN no 12º Congresso da Federação Nacional dos Professores**. Concluimos, assim, a cobertura da iniciativa, que contou com uma participação de delegados, dirigentes e funcionários mais alargada do que o número de intervenções indica, desde logo porque nem todos os intervenientes escreveram as suas intervenções
(todas as intervenções publicadas nesta edição, tal como na anterior, são adaptações dos textos originais).



Fotos Fenprof / Jorge

1. A concepção de educação desenvolvida na Lei de Bases do Sistema Educativo tem subjacente uma ideia de escola onde todas as crianças e jovens têm as mesmas oportunidades, independentemente das suas condições económicas, sociais, culturais, ou de limitações físicas ou intelectuais. É esta a verdadeira concepção de escola inclusiva: desenvolvimento de todos no respeito das necessidades específicas de cada um.

A escola inclusiva pressupõe ter em atenção não só as crianças que apresentem necessidades educativas especiais (NEE), mas também as que manifestam dificuldades permanentes ou temporárias: crianças sujeitas a retenções; que abandonem a escolaridade por serem precocemente inseridas no mercado de trabalho; que vivam em extrema pobreza, nomeadamente em situação de sem-abrigo; que vivam em locais distantes de qualquer escola; que sejam vítimas de abusos de vários tipos; bem como as que apresentem sinais de sobredotação.

Ao Estado cumpre criar condições para que a Escola seja mesmo inclusiva, capaz de promover a equidade educativa e de contribuir para a coesão social e o reforço da democracia.

2. Depois do 25 de Abril, Portugal foi pioneiro na prática da inclusão, tendo sido um dos primeiros subscritores da Declaração de Salamanca (1994) e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), cujos princípios mantêm uma atualidade urgente.

Contudo, nos últimos anos, as políticas prosseguidas pelos sucessivos governos têm conduzido a retrocessos educacionais, traduzindo-se no desinvestimento na Escola Pública (particularmente na Educação Especial), na falta de recursos humanos; na discriminação dos alunos com NEE; no não cumprimento do número de alunos com NEE por turma e na respetiva redução; na diminuição do número de professores em função do aumento do rácio professores/alunos; na escassez de técnicos; na falta de transparência quanto a quem tutela a política educativa; nos cortes orçamentais, nomeadamente no financiamento dos CRI (centros de recurso para a inclusão); na quase ausência de investimento em políticas que promovam a transição dos alunos com NEE para a vida pós-escolar; nas diferentes posturas dos próprios professores, em relação à inclusão...

A escola que nos têm querido impor é um lugar onde todos podem entrar, mas de onde só alguns podem sair com êxito. Em vez de se centrar na educação para todos, a escola está a transformar-se num contínuo em que apenas alguns têm sucesso. Uma espécie de crivo social, presumidamente com práticas de ensino mais rigorosas, com o mínimo de recursos, impondo resultados standardizados – veja-se o exemplo das metas curriculares.

3. A Escola será inclusiva quando conseguir transformar não apenas a rede física, mas a postura, as atitudes e as mentalidades dos educadores, e da comunidade escolar em geral, para aprenderem a lidar e a conviver com a diferença.

A divisão do mundo entre nós e eles, entre o normal e o anormal, impede a verdadeira inclusão. O grande desafio que hoje se coloca, de forma imperativa, é transformar o conjunto de diferenças em vantagens educacionais, implicando as escolas no desenvolvimento de respostas curriculares flexíveis e adequadas ao perfil dos alunos. A inclusão implica, pois, mudança de paradigma educacional. Façamos a nossa parte, como professores e educadoras, envolvendo-nos sem preconceitos na construção de uma Escola verdadeiramente inclusiva e exigindo que o Estado cumpra o seu papel.



INCLUSÃO IMPLICA MUDAR PARADIGMA EDUCACIONAL



Ondina Maia

Investigação. Praticamente não existe carreira. A esmagadora maioria dos investigadores em exercício nas instituições de Ensino Superior, em vez de um contrato de trabalho, têm uma “bolsa”, a que pode seguir-se outra bolsa, o desemprego ou a emigração... Muitos jovens investigadores anseiam uma carreira docente e, nessa perspectiva, oferecem-se para lecionar uma ou outra disciplina (a título gratuito...) na instituição a que estão ligados. Veem nisso a possibilidade de mais uma linha no currículo e as instituições aproveitam a mão de obra gratuita. Mas essa ‘experiência’ não tem qualquer validade legal num currículo...

Ensino Superior Privado. Desde 1993, nunca houve vontade política para regulamentar as carreiras docentes no Ensino Superior privado. Uma característica do setor reside no facto de, em muitas instituições, a precariedade de emprego ser chocante e apenas possível por frequente violação da lei, com a passividade cúmplice dos governos. Outra tem a ver com as baixas remunerações praticadas; e para os docentes além do quadro ou especialmente contratados, o pagamento tem em conta o número de horas efetivamente lecionadas, ou seja, são pagos ‘à peça’. Não recebem quando as aulas param.

Ensino Universitário Público. O efetivo direito a uma carreira, que continua vedada aos leitores, está a ser condicionado pelos cortes orçamentais a que as instituições são sujeitas: o preenchimento de lugares vagos na sequência de reformas não se concretiza e o alargamento previsto para os lugares de carreira não é possível. No período pós revisão do Estatuto, verifica-se, de facto, uma redução do número de docentes a lecionar e um aumento das cargas letivas para além do que o ECDU consigna, bem como o recurso, pelas universidades, a formas de colaboração não remunerada: bolseiros, docentes e colaboradores voluntários, professores afiliados... Ouve-se falar de envelhecimento nas universidades. É óbvio que os professores de carreira em exercício vão envelhecendo, mas os que se reformam vão sendo substituídos por jovens precários! Um catedrático com 70 anos em dedicação exclusiva pode ser substituído por dois doutorados de 35 anos, contratados a 50%: o corpo docente não envelhece e os encargos financeiros baixam pelo menos para dois terços. E há universidades a defender perspectivas mais radicais, ao abrigo do Código do Trabalho, podendo com isso baixar os encargos para menos de metade...

Ainda consequência dos cortes, ou a pretexto, surgiu um número significativo de situações de precariedade extrema, em que os docentes são contratados por um período de 4,5 meses (ou mesmo 3,5), correspondentes a um semestre letivo; em muitos casos, novos contratos são celebrados com o mesmo docente nos semestres seguintes, o que significa que ele apenas tem direito a vencimento durante os períodos letivos.

Ensino Politécnico Público. Desde 2009, o número de docentes na carreira aumentou 30%, mas, ainda assim, mais de metade estão fora. E se mais não puderam aceder à carreira foi porque o governo anterior não criou condições (dispensa de serviço e pagamento de propinas) para que docentes com muitos anos de serviço pudessem obter o grau de doutor ao abrigo das disposições transitórias consignadas no Estatuto – o estrangulamento financeiro está também a impedir o cumprimento das disposições legais aprovadas no processo de revisão do ECPDESP.



O ESTADO DO ENSINO SUPERIOR & INVESTIGAÇÃO

[D]

Conclusão. Encontrar respostas a questões como as relativas à contratação/precarização de vínculos, ao direito a uma carreira e às condições de exercício da profissão, assim como aos perfis dos corpos docentes, não pode ser feito sem ter em conta uma análise rigorosa da realidade nacional, em toda a sua diversidade, nem pode estar dependente da maior ou menor “sensibilidade” de um gabinete ministerial ou estrutura sindical resultante de um conhecimento parcelar da questão concreta.

Mário Carvalho

1. As transformações políticas, sociais e culturais, assim como ao nível científico e tecnológico, exigem professores e educadores inovadores, empenhados e reflexivos; capazes de pensar modalidades de educação mais flexíveis e de redefinir os seus projetos pedagógicos e as suas práticas e competências, no sentido da promoção de aprendizagens significativas face à diversidade cultural existente. Assim, a formação – inicial, contínua, especializada – deve ser concebida em função do público-alvo que o sistema educativo tem como propósito instruir e formar e incidir sobre duas vertentes fundamentais:

- *científica*, procurando estabelecer novas relações estratégicas com os saberes e entre eles;

- *socioeducativa*, apetrechando os docentes para os contextos problemáticos existentes nas escolas e nas comunidades onde se inserem. Nestes pressupostos, a formação contínua de educadores/professores deve ser uma oportunidade de reflexão crítica, de questionamento, de auto-supervisão pedagógica e de produção criativa de novas abordagens, pessoais ou alargadas, que possibilitem a adaptação às mudanças que vão acontecendo em termos educacionais.

2. A competência do educador/professor constrói-se ao mobilizar o conhecimento para agir e tomar decisões em situações reais, ao inovar, ao refletir, ao analisar, ao questionar-se, o que concorrerá para uma prática pedagógica inovadora.

Pelos papéis que é chamado a desempenhar na sociedade global e do conhecimento, o educador/professor de hoje precisa de desenvolver o espírito crítico, de modo a contribuir para que os seus alunos sejam cidadãos participativos e informados. Isto é, procura-se fomentar uma educação em cidadania, *pela* cidadania e *para* a cidadania que possa conduzir a uma permanente insatisfação crítica face aos processos dominantes em cada momento.

Os modelos de formação exteriores ao educador/professor, às suas necessidades e ao seu contexto educativo têm como consequência e objetivo a reprodução social dominante, isto é, uma Escola ainda mais excludente e seletiva, através de aplicação de regras e receitas inadequadas à construção de uma sociedade mais justa para todos e democrática.

A compreensão da Escola como organização de tipo empresarial, virada para os resultados e constantemente monitorizada, emerge de uma agenda política com propósitos elitistas e estratificadores. Esta “escola” só pode ser liminarmente rejeitada!

3. O principal objetivo da educação deve ser formar crianças e jovens capazes de assumirem autonomamente o seu destino com dignidade, conhecimento e capacidades. Neste sentido, a formação deve ser pensada de modo a permitir mais facilmente o envolvimento dos professores e educadores na sua formação e apontar para conteúdos próximos das preocupações e dos problemas com que são confrontados no seu quotidiano profissional.

Neste contexto, a formação contínua é um dever e um direito. Um direito de todos os educadores/professores, que se traduz na salvaguarda de condições adequadas à sua realização, entre outras: gratuidade; dispensa da componente letiva para a sua realização; espaços e tempos de formação próprios, privilegiando sempre os CFAE (centros de formação de associação de escolas).

Na ausência de formação contínua nos pressupostos enunciados, os docentes nunca poderão ser penalizados para efeitos de avaliação, seja ela qual for, ou relativamente às suas carreiras.

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTÍNUA



[D]

José Augusto Cardoso

Vimos de uma política desgraçada que conseguiu falir empresas e trabalhadores; que destruiu famílias, sonhos e projetos; que deixou netos entregues a avós e que fez desistir muitos colegas de serem professores. Uma *troica* que ia e vinha e pedia cortes e austeridade para as pessoas e dinheiro para os bancos, em nome de uma saída limpa que nunca o foi. Nas escolas, era o terrorismo completo: todos os dias havia uma novidade, um decreto-lei, uma alteração ao decreto-lei anterior, uma notícia... E não escapava ninguém: os professores contratados, ora com a PACC, ora com erros na bolsa de contratação, com critérios e subcritérios, sempre de casa às costas, a saltar de cidade em cidade; já os dos quadros tinham a ameaça da requalificação, nunca sabiam se havia horário ou não no ano seguinte, sempre sujeitos ao poder absoluto do diretor que põe, dispõe, facilita e dificulta conforme quer.

Estamos numa fase de mudança – que eu espero dê certo, mas que tem sofrido um ataque direto da União Europeia, do Banco Central Europeu e de mais uns *opinion makers* de extrema-direita andam por aí. Não é preciso procurar muito, há sempre uma notícia de um *plano B* com mais austeridade e um aumento de impostos secreto.

Nas escolas também estamos numa fase de mudança, que em alguns casos é concreta (aposta na escola pública, fim da PACC, alteração da contratação, fim da requalificação) e noutros ainda não passou das ideias (diminuição do número de alunos por turma, educação e formação de adultos tanto pelas escolas como pelos centros de emprego, municipalização).

Resumindo: o Governo merece o benefício da dúvida e deve ser ajudado com ideias e propostas concretas. Ideias que me levam ao ‘para onde vamos?’:

- criar um sistema de contratação sólido e justo, que seja difícil ser atacado;
- deixar de dividir o trabalho docente em letivo e não letivo; seja dar uma aula, seja atender um encarregado de educação, tudo é trabalho e, portanto, tem de contar para as 22/25 horas letivas;
- aumentar os apoios a alunos com NEE, quer com professores, quer com professores de Educação Especial;
- combater a indisciplina e a violência nas escolas, para que não haja mais notícias de agressões a professores, seja com a criação de gabinetes de mediação, seja com a criminalização desses atos;
- reduzir efetivamente o número de alunos por turma, criando mais e melhores condições de trabalho;
- alargar a oferta pública da Educação Pré-Escolar – há por aí tantos centros escolares novos e sem alunos...;
- baixar o preço dos manuais – as famílias já aguentaram durante 4 anos, agora é a vez das editoras;
- apoiar colegas que sintam vontade de concorrer às direções das escolas e, assim, servirem de tampão às políticas de agressão que possam vir por aí.

Se conseguirmos impor estas ideias vamos conquistar cada vez mais colegas, e daqui a 3 anos, de certeza, mais sócios. Porque os sócios não se conquistam por pressão, mas pela confiança. Além disso, com estas medidas estaremos certamente mais preparados para quando essa extrema-direita voltar.

Para terminar, a minha proposta de reforma do sistema educativo - criar, desde o 1º Ciclo ao Secundário, um sistema em que os alunos tenham aulas teóricas de manhã (Matemática, Português, Ciências, Línguas) e práticas à tarde (EVT, Educação Física, Educação Musical, Ciências Experimentais); um sistema que acabe de vez com os TPC e deixe os alunos irem para casa descansados.



DE ONDE VIMOS? ONDE ESTAMOS? PARA ONDE VAMOS?

[D]

André Cubo da Costa



RISCOS E AMEAÇAS DE UM NOVO PAN-ÓTICO SUPERVISIVO

[D]

Francisco Teixeira

Há mudanças políticas e pedagógicas de grande magnitude a ocorrer nas escolas. Essas mudanças têm vindo a dirigir-se ao desgaste e à recomposição da autonomia profissional e pedagógica dos professores, visando transformá-los, no limite, em meros instrumentos ou serventuários de aplicações normativas e ideológicas.

As lógicas de supervisão das práticas pedagógicas, particularmente na sala de aula, parecem ter-se tornado numa espécie de modismo capaz de qualificar magicamente as relações pedagógicas e os resultados escolares dos alunos.

Há, no entanto, que ter presente que a observação direta de aulas tanto pode constituir um instrumento de melhoria e aprendizagem quanto um instrumento de controlo e uniformização do trabalho dos professores e, pior ainda, do perfil sociocognitivo dos alunos. No pior dos casos, joga-se aí a desprofissionalização dos professores, o autoritarismo crescente nas escolas, mas também a ideia perigosa de que há um modo especial, 'excelente', de ser aluno e de ser pessoa.

Há que perceber, pois, a perversão democrática deste modelo e que a observação direta de aulas não pode ocorrer contra a vontade dos professores, já que isso contraria explicitamente o ECD, quando confere aos professores "o direito à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados (...)".

Ora, a composição, organização e gestão da sala de aula e da turma são conteúdos específicos relativos à natureza do ensino e da aprendizagem e à escolha dos métodos, que só podem ser decididos pelo professor. É, pois, inaceitável, ilegal, e, sobretudo, antipedagógico, o estabelecimento de sistemas de observação de aulas que, objetivamente, diminuem aquela competência e aqueles saberes, não tendo senão a intenção de uniformização das práticas letivas e a transformação de práticas autónomas e livres em práticas induzidas por lógicas externas às escolas e à compreensão da relação pedagógica.

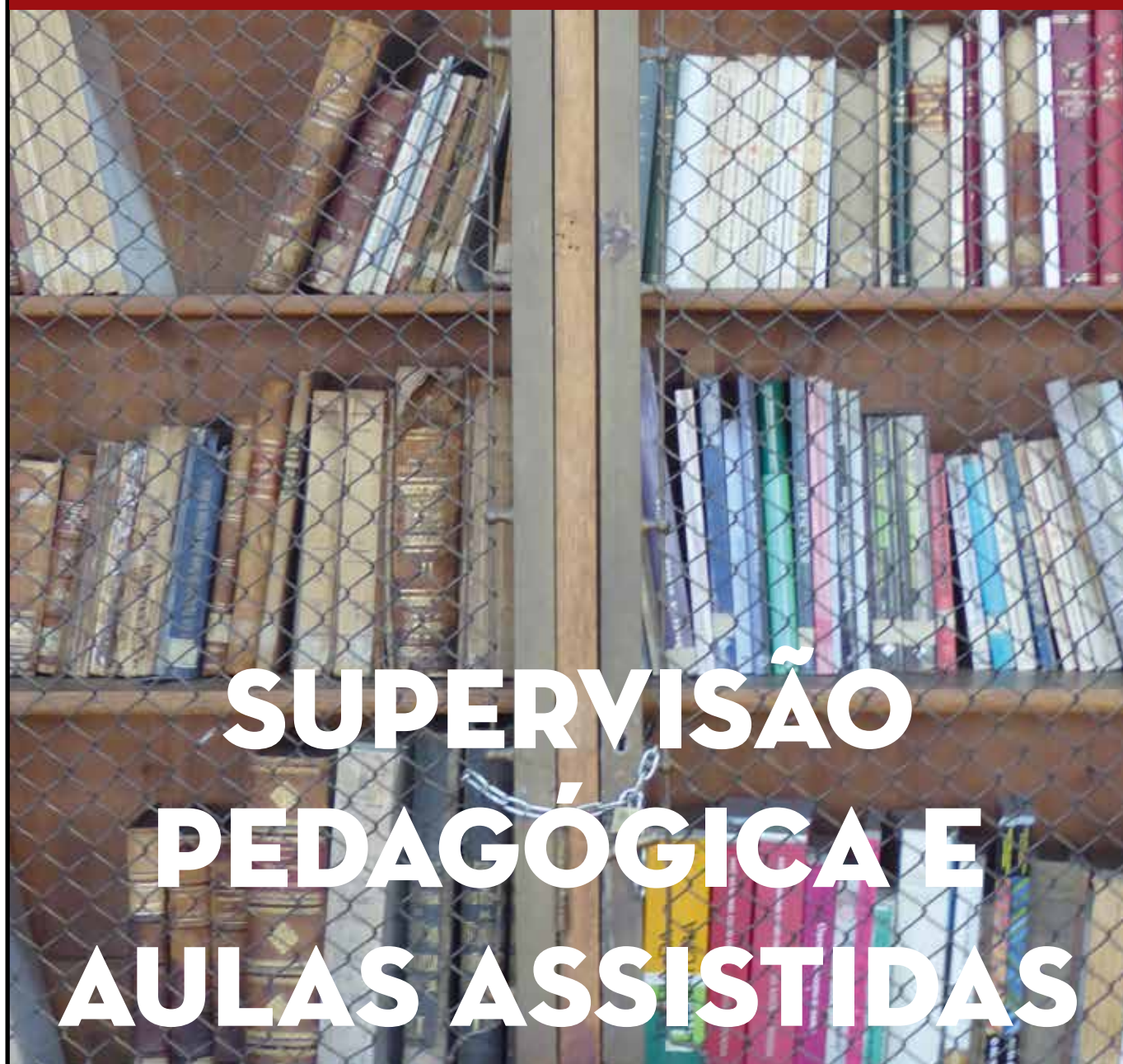
A autonomia profissional docente, sublinhe-se, não decorre de qualquer lógica corporativa e autárquica; pelo contrário, constitui instrumento essencial de adaptação e resposta às contingências de uma sala de aula. Sem autonomia, o professor não pode responder às exigências da profissão e à responsabilidade ética perante os alunos.

Depois de derrotado um sistema de avaliação pan-ótico, que tudo queria ver e que visava transformar os professores em objetos permanentes de medição e seriação, o que novamente se está a tentar, por via do modelo de avaliação externa da IGEC, é uma escola verticalizada e hierárquica, onde o sucesso passa a estar dependente de cada professor, individualmente considerado e responsabilizado pelos sucessos e insucessos dos alunos. E assim, de mansinho e com pés de lã, passámos a ter uma IGEC arvorada em árbitro e decisor de supostas boas práticas letivas, aferidas pela generalização de observações de aulas, hierarquizando novamente os professores, tornando uns controleiros das práticas de outros.

É, pois, o momento de passar palavra e de recusar com clareza e firmeza quaisquer intentos de observação direta de aulas contra a vontade dos professores. E isso deve ser feito em cada escola, cada conselho pedagógico, conselho geral, sala de professores... Precisamos, pois, de aprofundar a participação democrática nas escolas, não deixando nenhum espaço por ocupar e afirmando aí a autonomia e a liberdade pedagógica e didática dos professores.



As aulas assistidas no âmbito da chamada supervisão pedagógica constituem um potencial de conflito em escolas/agrupamentos onde a modalidade possa ser, eventualmente, adotada. Desde logo, porque nem sempre dependerá da vontade dos observados nem estará contemplada nos horários dos observadores. Algumas linhas para se perceber como se cose o processo...



O que é a supervisão da prática letiva?

A supervisão constitui um processo de indagação e investigação pedagógica, de natureza iminentemente crítica, democrática, dialógica e participativa, visando a emancipação dos professores e dos alunos. Não tem natureza administrativa, mas pedagógica. Se tornada obrigação administrativa, deixa de ser supervisão e passa a ser um mero controlo e vigilância.

O que inclui o processo?

O processo inclui espaços e tempos de reflexão, troca, análise e crítica (avaliação e compreensão) das práticas pedagógicas, letivas e não letivas, envolvendo os professores de determinadas áreas disciplinares ou de determinados projetos pedagógicos.

A supervisão constitui-se como processo de observação direta de aulas?

A supervisão não é um momento, mas um processo, de que as aulas assistidas podem fazer parte ou não. Desde logo, as aulas podem ser observadas de modo indireto, através de elementos pedagógicos construídos a montante e orientadores das aulas, e/ou a jusante, como as reflexões sobre as aulas ou sobre os efeitos observados e registados pelos professores: resultados dos testes, das relações comportamentais, das competências verbais ou sociais dos alunos, etc. Portanto, a supervisão não inclui necessariamente observação direta de aulas.

Quem decide se e como ocorre um processo superviso?

A natureza e a metodologia de um processo superviso pode ser tomada a qualquer nível de decisão pedagógica da escola. Mas para ser pedagógico (i.e., democrático, crítico e emancipatório), o processo não pode ter natureza coercitiva, não pode ser obrigatório. Se quiser ser pedagógica, no sentido em que visa a transformação cognitiva, comportamental, emocional e ética de alunos e professores, tendo em vista a liberdade, a emancipação e a justiça pessoais e sociais, a supervisão só pode ser um processo colaborativo, isto é, de envolvimento voluntário e livre de cada professor. É essa a posição, por exemplo, de Isabel Alarcão e José Tavares: a supervisão deve ser controlada pelo professor, estar isenta de avaliação administrativa e depender da vontade expressa livremente pelo próprio [Supervisão da Prática Pedagógica, Almedina, 1987].

Os educadores/professores podem ser obrigados a ter aulas assistidas por outros colegas ou por responsáveis pedagógicos?

Se fossem obrigados a ter aulas assistidas, os docentes não estariam a participar num processo superviso de natureza pedagógica, mas de um processo de controlo e homogeneização técnica. Não se trataria de um processo pedagógico, mas de amestramento normativo – exatamente o contrário do que visa a pedagogia, do que é ser professor.

Se um educador/professor não quiser participar numa supervisão que inclua a observação direta de aulas, pode ser avaliado negativamente?

Não. Isso seria transformar o voluntário em obrigatório e corresponderia a uma coerção inadmissível do ponto de vista ético, pedagógico e administrativo.

Se o Conselho Pedagógico, ou o departamento curricular, decidir pela observação direta de aulas, o educador/professor tem de deixar que o ‘observador’ entre na sua sala?

Contra a vontade do próprio – excetuando circunstâncias relativas à avaliação de desempenho docente, reguladas pelo decreto 26/2012, de 21 de fevereiro – ninguém pode entrar na sala de aula de um professor. O Estatuto da Carreira Docente (artigo 5º) prescreve ao docente “o direito à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados”. Ora, a configuração da sala de aula – no sentido em que é definida pelas tecnologias educativas usadas, mas também pela decisão sobre a presença de outros atores pedagógicos ou sociais – constitui uma decisão técnica, científica e didática adscrita à autonomia do professor; é a ele que compete decidir quem entra e não entra na sua sala de aula e, se entrar, que papel desempenhará.

O artigo 5º do ECD também prescreve “respeito pelos programas e pelas orientações programáticas curriculares ou pedagógicas em vigor”. Isso não põe em causa a autonomia dos docentes?

Não, porque as orientações pedagógicas – sejam de onde forem – não podem sobrelevar a necessidade de, em cada momento, serem da competência do professor as escolhas técnico-científico-didáticas na sala de aula, sem o que ele não pode ser responsabilizado pelo seu trabalho e pode estar em causa a segurança e a integridade ética dos seus alunos.

O ECD diz (artigo 35º) que “orientar a prática pedagógica supervisionada a nível de escola” faz parte do conteúdo funcional da profissão docente...

Diz, mas a prática pedagógica supervisionada não inclui, necessariamente, aulas assistidas; e “orientar” não quer dizer observar aulas de colegas. Aliás, fazendo os professores parte de departamentos curriculares que funcionam democraticamente, a “orientação” da supervisão terá sempre de corresponder ao que a maioria dos pares decidir.

Se quiserem obrigar um educador/professor a ter aulas assistidas contra a sua vontade, o que deve fazer?

Deve pedir essa ordem por escrito e impugná-la hierarquicamente, de modo imediato. Também pode recorrer ao seu sindicato, que o auxiliará, se necessário, a recorrer aos tribunais. Mas a litigância jurídica não substitui a luta e, por isso, para uma resistência mais eficaz, os professores devem juntar-se nas suas escolas e nos seus departamentos e tomar posições conjuntas contra a obrigatoriedade de aulas assistidas, enviando-as à direção do agrupamento/escola, à Inspeção-Geral de Educação e Ciência e ao ministro da Educação. Nada é mais seguro do que a luta coletiva pela autonomia de cada um e pelo respeito profissional.

Francisco Teixeira
sócio SPN nº 45199

SER PROFESSOR É VIVER, SONHAR, CONSTRUIR... E NUNCA DESISTIR!

Aos 53 anos, com 29 de serviço, mantenho a convicção de que ser professora vale a pena; de que ser professora é, antes de tudo, acreditar sempre no futuro, continuando persistentemente, cada dia, a ensinar e a aprender um pouco mais.

Se as memórias e as lembranças são as fotos, os retratos e a vida do passado, os sonhos são o alimento e a seiva do futuro. A docência leva-nos a olhar o futuro como sendo hoje. E se nos arrastam para a desmotivação, a exaustão e a inconstância, resistimos, acreditamos, inovamos e investimos, porque sabemos que a Escola é o alicerce da sociedade que queremos ver construída para o amanhã...

O sistema de ensino e os professores portugueses têm sido usados pelo poder político e pela tutela como os 'bombos da festa' e os 'bodes expiatórios' de uma sucessão de demolidoras estratégias de esvaziamento da Escola, da capacidade de ensinar e aprender e do potencial para crescer na cultura, na ciência, na cidadania, nas artes e no humanismo.

Irresponsabilidade? Desnorte? Ou, pior entre o pior, estratégia para criar sociedades incultas e intelectualmente empobrecidas, amorfas e insensíveis, disponíveis para se deixarem manobrar e gratas por poderem sobreviver mal e parcamente, como indignas, mas aparentemente 'felizes', máquinas consumistas?

Não são palavras delicadas, e muito menos politicamente corretas; não são sequer expressões com que simpatize ou que me dê gosto usar... Mas já foram ultrapassados todos os limites da decência no respeito que é devido à profissão docente!

Não estamos cansados, estamos exaustos!

Não estamos frustrados, estamos desesperados!

Mas somos professores... Não nos farão desistir

Notas soltas. Sim, é neste sentir que me sinto Professora! E ao refletir e partilhar experiências e vivências, soam algumas notas:

→ ninguém resolverá por nós os problemas que são nossos e da nossa profissão;

→ ao avaliarmos o saber dos nossos alunos e a qualidade do ensino que lhes é ministrado não interessa nem é admissível iludir;

→ a História leva-nos aonde estivemos, aponta-nos onde estamos e perspetiva para onde vamos, de modo a que os investimentos e as promessas da Escola Pública venham a ser verdadeiramente cumpridos;

→ que reflexões e ações devem resultar da valoração que a sociedade, o cidadão e a família dão hoje à Escola e ao trabalho que nela se faz?

→ quem terá a firmeza de caráter e a vontade política de refazer todo o ideário da formação inicial e contínua e do estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes?

→ quem vai restituir aos professores e às escolas o espaço, o direito e o dever de agir junto dos seus alunos, desafiando-os, estimulando-os e seduzindo-os para as aprendizagens e as descobertas do

saber ser e do saber fazer que os levarão humanamente e conscientemente ao futuro?

→ quem vai corajosa e urgentemente restituir aos professores o direito de serem professores?

Não posso deixar de registar – para memória futura e em cada um destes meus dias a tentar recuperar de mais uma difícil situação de doença – a recente mensagem que os meus adoráveis alunos fizeram questão de me enviar. Entre bondosas e sensíveis palavras de amizade e de estímulo, incluíam a citação de uma música dos Amor Electro, de que tanto gostam: "Juntos somos mais fortes, seremos o céu que abraça o mundo"...

(..) A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico, significa numa palavra, a conquista da liberdade

(..) O que o mundo for amanhã é o esforço de todos nós que o determinará

(..) Elas [as ilusões] significam o que há de melhor na vida dos homens e dos povos (...) Benditas as ilusões, a adesão firme e total a qualquer coisa de grande, que nos ultrapassa e nos requer. Sem ilusão, nada de sublime teria sido realizado

Deolinda Ferreira Gomes
sócia SPN nº 45304

Relevando a sensibilidade, a sensatez e a lucidez de Bento de Jesus Caraça, são dele as frases destacadas. A elas me rendo, agradecendo a reflexão a que me vão levando.

CIDADANIA DE POLTRONA

Sempre ouvi dizer que Portugal é um país de brandos costumes. Não sei ao certo a origem deste enunciado. Tampouco encontro uma razão para desdizê-lo. Muito pelo contrário!

Dos vários sinónimos que poderemos encontrar da palavra “costume”, ressaltam hábito, rotina ou prática; por arrasto, teremos exercício, desempenho, acção ou intervenção. E aqui chego a um conceito que me é muito caro: “cidadania”.

Simplificando, poder-se-á definir cidadania como uma acção ou prática reflexiva e concertada, num determinado espaço e momento, com o propósito de alcançar um bem comum. Refiro-me, naturalmente, a uma cidadania democrática e participativa, acalentada por causas e valores comuns e superiores. Espero não estar a ser injusto, e tampouco a tomar uma posição sobranceira sobre o que cada um pensa, mas entendo que, comparativamente com gerações anteriores, em especial aquelas que viveram de perto o período revolucionário pós-25 de Abril (em que efectivamente existiu um tempo de forte intervenção pública e política na construção da democracia e de um Estado social), e exceptuando ainda alguns casos pontuais, aqui e ali, o presente e o passado recente têm demonstrado uma certa apatia, resignação ou comodismo da turba.

Se nalguns casos, e devido aos diferentes tipos de ‘iliteracia’ que os enclausura, até compreendo a inércia revelada, já noutros, que têm à sua disposição meios e instrumentos de conhecimento e acção que lhes permitem fazer-se ouvir e dar um contributo, mesmo que modesto, para que algo mude para melhor, essa mesma inércia deixa de ser compreensível.

No meu espaço de trabalho chega a ser confrangedor, por vezes, ouvir certos comentários infundados – e até contraditórios – sobre certas questões ou temas pertinentes da actualidade política, social ou educativa. Não raras vezes, limitam-se a depreciar tudo e todos aqueles que tão-só fazem uso do seu direito de intervir na *coisa pública*.

O bode expiatório – no caso da classe docente, como certamente acontecerá noutras classes profissionais – acaba quase sempre por ser ‘os sindicatos’. Mas quando são chamados a dar a sua opinião ou contributo para um melhor sindicalismo e para melhores condições de trabalho, é vê-los a assobiar para o lado! Qualquer desculpa serve para bater em retirada. Até uma simples petição em defesa da Escola Pública declinam assinar! Quiçá por desconhcerem o que ela significa ou representa, o que é lamentável! Que dizer então da participação numa manifestação?

Já sobre a actividade sindical em concreto, qualquer docente pode estar ao corrente dela, bastando ler as revistas destas organizações, que se encontram espalhadas nas salas dos professores – das escolas públicas, é claro! – ou consultar os seus *sites*.

Um pouco menos de indolência e mais interesse e respeito pela história e pelo papel dos sindicatos na sociedade contribuiriam, seguramente, para reduzir a ignorância de muitos sobre as várias e preciosas conquistas sociais e laborais conseguidas desde a sua origem, no século XIX. Como o disse numa entrevista televisiva, há poucos anos, o antigo secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva, “a democracia muito deve aos sindicatos”.

Dir-me-ão, e com razão, que nem tudo o que os sindicatos fazem é bem feito. Nem sempre tomam ou tomaram as melhores decisões ao longo da sua história. É verdade. Mas isso é o que acontece exactamente com outros tipos de organizações, sejam de natureza política, social, solidária, cultural, etc. Mas uma coisa é certa, quando das lutas dos sindicatos e dos seus apoiantes resultam ganhos, estes são para todos... Mesmo para os que não se levantaram do sofá! Os tais de brandos costumes...

Para os críticos desavindos dos sindicatos, fiéis praticantes de uma cidadania de poltrona, unicamente preocupados com o recheio da sua ‘despensa privada’, sugiro que experimentem viver e trabalhar num país onde não os haja!

Rui Duarte
sócio SPN nº 14728
(educator-mons.blogspot.com)

[direito aos direitos]

A JUSTIÇA DA POLÍTICA E A POLÍTICA DA INJUSTIÇA

You that build all the bombs
You that hide behind walls
You that hide behind desks
I just want you to know
I can see through your masks

Bob Dylan, "Masters of War", 1963

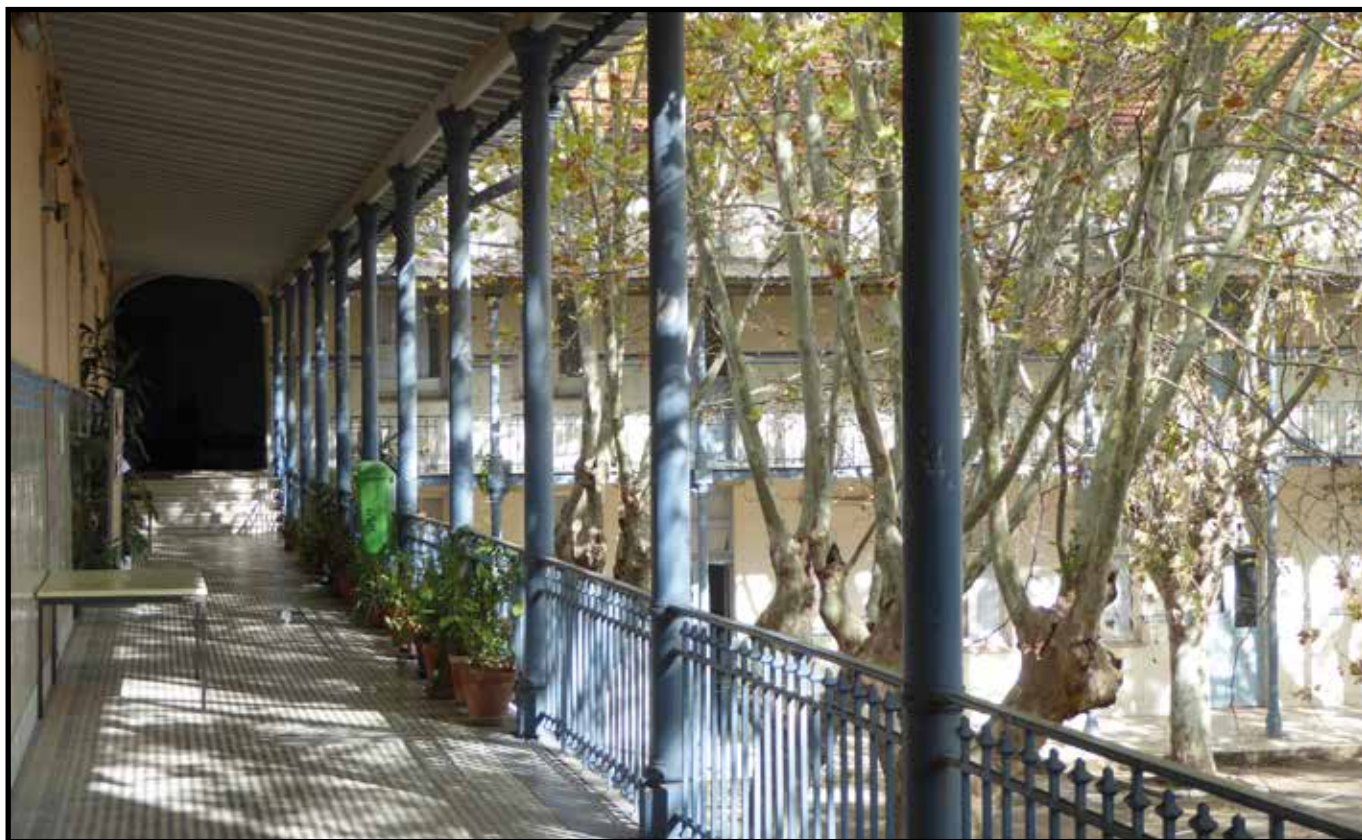
Ao principiar este texto, e enquanto recorro temas do Direito, da Educação e de onde estes campos se cruzam, não consigo abandonar a ideia de justas homenagens.

Começando por um ídolo de sempre, 2016 surpreendeu pela atribuição do Nobel da Literatura a Bob Dylan. Falo em surpresa, apenas pelo facto de a Academia Sueca ter estendido a atribuição do prémio a formas literárias diferentes das premiadas nos últimos anos, não em relação ao merecimento. A esse propósito não resisto a partilhar as palavras de Miguel Esteves Cardoso. "Dylan merece o Prémio Nobel da Literatura. Bob Dylan escreve ensaios, ficção e poesia há mais de meio século. Inventou um mundo cheio de personagens, histórias e encantamentos, denúncias, crenças e fantasmas." Nem mais, trata-se de um poeta, ensaísta ou romancista que influencia gerações e que figurará na história das artes, não apenas da música ou das letras, assim como no imaginário de todos os que se deixaram tocar pela sua obra, sejam mais ou menos melómanos.

E porque nem só de imaginário se compõe a vida, há que celebrar e admirar a aclamação de António Guterres como novo secretário-geral das Nações Unidas. Aquele que é tantas vezes referido como o "trabalho mais impossível do mundo" será agora desempenhado por um português. O meu regozijo é repartido por este solidário orgulho nacional e pelo reconhecimento de que ainda é possível que os melhores sejam preferidos em detrimento de manigâncias de bastidores, que não raras vezes vestem de mediocridade processos políticos e diplomáticos. Um sinal para o mundo e votos de cinco anos de grande felicidade na demanda internacional, ciente de que enfrentará um mundo cujos problemas e respetiva complexidade estão mais exacerbados do que nunca.

Ação 1. Assinalados estes imperativos, está a memória pronta para escrever sobre os nossos temas mais frequentes, o direito de todos, e dos professores em particular, ao Direito, à legalidade e à justiça das decisões administrativas.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) intentou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto uma ação judicial referente ao tempo de intervalo dos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. Como é sabido, durante o mandato do anterior governo, os intervalos das atividades letivas dos alunos deixou de ser considerado tempo letivo para os professores do 1º Ciclo. Tal facto constitui uma prática discriminatória em relação a todos os docentes, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, bem como aos colegas do 1º Ciclo que exercem nas regiões autónomas. Na prática, esta consideração traduz-se num aumento da componente letiva dos docentes do 1º Ciclo em duas horas e meia semanais, durante as quais os professores desempenham as mais diversas atividades, de que são exemplo aulas de apoio, atividades de enriquecimento curricular, coadjuvações, substituições ou mesmo titularidade de turma, entre outras.



A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tem entendido e defendido de forma veemente que a componente letiva do horário dos professores, estabelecida no Estatuto da Carreira Docente (ECD), deve compreender o trabalho realizado com alunos. Este entendimento é coincidente com a posição manifestada pelo Provedor de Justiça, que em parecer/recomendação dirigido ao Ministério da Educação conclui pela ilegalidade desta situação. Apesar disso, e perante a manutenção da situação, a justa defesa dos direitos dos professores passará pelos tribunais, goradas as possibilidades de resolução junto da tutela.

Ação 2. Outra matéria de Direito, com a coincidência do incumprimento por parte da Administração: a 23 de junho de 2010 foi publicado o Decreto-Lei nº 75/2010, que procedeu à alteração e republicação do ECD. Entre as várias alterações introduzidas, uma reporta-se ao artigo 36º, cujo o nº 3 passou a ter a seguinte redação: *“O ingresso na carreira dos docentes portadores de habilitação profissional adequada faz-se no escalão correspondente ao tempo de serviço prestado em funções docentes e classificado com a menção qualitativa mínima de Bom, independentemente do título jurídico da relação de trabalho subordinado, de acordo com os critérios gerais de progressão, em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação.”*

Qualquer leitura despreocupada da norma faz entender que a mesma obriga o membro do Governo responsável pela Educação à publicação de uma portaria regulamentadora daquele preceito. Volvidos mais de seis anos desde a entrada em vigor, a obrigatoriedade de publicação da referida portaria mantém-se, tal como se

mantém a sua omissão. E perante este assunto tantas vezes debatido junto dos responsáveis, afigurou-se novamente inevitável recorrer à sede judicial para lograr que o Ministério da Educação cumpra uma obrigação óbvia.

É evidente que existirá sempre a tentação de confundir a questão com o argumento da inutilidade de publicação da portaria como consequência das restrições orçamentais que continuam a vigorar sobre as “valorizações remuneratórias” dos funcionários públicos. Não que a consideração deste argumento seja desprovida de nexo, mas ignora o essencial – a lei está por regulamentar e essa omissão prejudica hoje todos os docentes que ingressaram na carreira na vigência da atual redação do artigo 36º do ECD. Sacrificar esta evidência a favor de critérios de utilidade ou economia produzirá sempre o resultado mais inaceitável: a perda do princípio da legalidade. Apesar de todos os esforços que SPN e Fenprof desenvolveram desde 2010 para ultrapassar esta questão, fomos novamente forçados a recorrer à tutela jurisdicional para repor o cumprimento da lei.

Mais do que uma escolha, a interposição destas ações afigurou-se uma obrigação legal e estatutária, obediente à defesa equilibrada, mas intransigente, que procuramos fazer dos direitos dos professores e da Educação. Provavelmente, é algo que os articulistas de hoje esquecem ou ignoram, mas, em bom rigor, a defesa de melhores, justas e legais condições de trabalho dos docentes só pode refletir-se positivamente na Educação das crianças e dos jovens. Não deverá ser essa a preocupação que nos deve unir?

José Miguel Pinho
advogado SPN



GUIMARÃES JAZZ FAZ 25 ANOS

Cumpridos 25 anos de reconhecida coerência e integridade artística, o traço distintivo do Guimarães Jazz 2016 é o facto de o festival não ceder à autocelebração, optando por focar a sua atenção no jazz contemporâneo. Assim, entre 5 e 19 de novembro, subirão ao palco do Centro Cultural Vila Flor, entre outros, músicos como o saxofonista de ascendência indiana Rudresh Mahanthappa, o trompetista norte-americano Ambrose Akinmusire (dois dos melhores músicos de 2015 para a revista *Downbeat*, nas fotos) e o saxofonista Donny McCaslin (líder da banda que acompanhou David Bowie no último álbum editado em vida), que expressam bem a juventude do cartaz, tal como o quarteto de Matt Wilson (bateria), com o trompetista Kirk Knuffke e o saxofonista Jeff Lederer e o septeto da flautista Jamie Baum. O regresso da Liberation Music Orchestra (fundada por Charlie Haden e agora liderada pela pianista Carla Bley) é o grande projeto 'histórico' do festival, que traz também o San Francisco Jazz Collective, composto por alguns dos mais reputados músicos do jazz atual. O concerto comemorativo do 25º aniversário será dirigido pelo compositor português Marco Barroso, liderando uma formação que incluiu a sua big band LUME, a Banda da Sociedade Musical de Pevidém e o Coro BJazz da Escola de Jazz do Convívio.

Centro Cultural Vila Flor, 05-19.novembro [mais informação em www.ccvf.pt]



ARNALDO E CRISTINA NO THEATRO CIRCO

Poeta, compositor e cantor, natural de São Paulo, Arnaldo Antunes iniciou a sua carreira no grupo rock Titãs. A solo, tornou-se amplamente conhecido através do projeto Tribalistas, com Marisa Monte e Carlinhos Brown, num disco considerado o Melhor Álbum Pop Contemporâneo Brasileiro. Entre outros, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Lenine, Rita Lee, Ney Matogrosso, Cazuza e os portugueses Clã já gravaram temas de Arnaldo Antunes – que sobe ao palco no dia 10 de novembro, às 21h30. À mesma hora, no dia 7 de dezembro, é a vez da 'menina' Cristina. Numa área de fortes raízes conservadoras e tradicionalistas, como é o fado, Cristina Branco apresenta sempre uma visão alicerçada no profundo conhecimento dos poetas e poemas que interpreta, em compositores requintados e em músicos de excelência. «Menina» é o título do seu mais recente trabalho, onde reúne temas originais de diversos autores e um fado tradicional, com texto de Amália.



ADELE EM VERSÃO GOSPEL

Pelo sétimo ano consecutivo, o Harlem Gospel Choir vai estar em Portugal, desta vez para uma digressão que começa na Casa da Música (Porto, 30 de novembro) e termina no Teatro Aveirense (11 de dezembro). Em anteriores presenças, o reconhecido grupo nova-iorquino trouxe espetáculos de homenagem a Michael Jackson, Stevie Wonder ou Whitney Houston. Este ano, vão dar voz a canções de uma das mais aplaudidas cantoras da atualidade, a britânica Adele. Além dos espetáculos referidos, o coro vai apresentar-se noutros palcos: Teatro Circo (Braga, 01.dez), Teatro Municipal Guarda (02.dez), Teatro Académico Gil Vicente (Coimbra, 06.dez), Coliseu dos Recreios (Lisboa, 07.dez), Cineteatro Louletano (08.dez), Arena Évora (09.dez) e Teatro Virgínia (Torres Novas, 10.dez).



CIRQUE DU SOLEIL REGRESSA A LISBOA

Ode ao circo e ao espírito nómada; explosão de cor, energia e alegria; celebração da vida e da esperança. Foi mais ou menos assim que o Cirque du Soleil anunciou *Varekai*, aquando de uma anterior passagem do espetáculo por Lisboa (2009) – estreou em Montreal, em 2002, mas tem tido tanto sucesso que continua em cena. Inspirado no mito de Ícaro, *Varekai* – palavra de origem romani para 'um sítio qualquer' – remete para o interior de um vulcão, onde uma floresta mágica é habitada por criaturas excêntricas e encantadas e onde um jovem cai dos céus, lançando-se numa extraordinária aventura de redescoberta da vida. Numa mistura de artes circenses russas e chinesas e com influências da dança contemporânea, a interpretação está a cargo de mais de 50 acrobatas e outros artistas, incluindo uma banda de sete músicos e duas cantoras.

Meo Arena, 05-15.janeiro [mais informação em www.everythingisnew.pt]



PODE O PAN-OTISMO INSTALAR-SE NA ESCOLA?

A evocação do *panopticon* é mais ou menos recorrente em alguns círculos, quando se fala de avaliação de desempenho, de supervisão ou mesmo de gestão, ou seja, quando os discursos afirmam ou denunciam referências ideológicas do 'pan-otismo', cuja origem radica no pan-ótico de Jeremy Bentham (1748-1832).

O pan-ótico foi um modelo arquitetónico inicialmente pensado para prisões (mas depois adotado para escolas, hospitais, fábricas...), com o intuito de maximizar a vigilância, reduzir o número de vigilantes e disciplinar os penitenciários. O edifício era uma estrutura anelar, dividida em pequenas celas que davam para o exterior e para o interior, e com uma torre de vigia no pátio central. As celas eram gradeadas, mas de forma a permitir uma grande difusão de luz no interior, de modo que os detidos podiam ser facilmente vigiados, mas não conseguiam ver quem os vigiava nem quando – assim se sentiam permanentemente observados, e Bentham acreditava na capacidade disciplinadora deste dispositivo. No entanto, "o que é verdadeiramente relevante na arquitetura pan-ótica não é apenas a eficácia utilitária da estrutura, mas também a distorção psicológica que exerce", considera o arquiteto espanhol Pedro Torrijos. Porque os presos não têm consciência factual de estarem a ser vigiados num determinado instante, mas *sabem* com absoluta certeza que estão a ser observados a todo o momento" [www.yorokobu.es].

É nesta dimensão 'fantásmica' que – apesar do quase desaparecimento da arquitetura pan-ótica – ainda subjaz o 'pan-otismo'. "O pan-ótico não deve ser entendido como um sonho construído; ele é o diagrama de um mecanismo de poder reduzido à sua forma ideal", considera Michel Foucault («Vigiar e Punir», 1975). Um mecanismo tecnologicamente atualizado e facilmente reconhecível nas câmaras instaladas em espaços públicos, nas informações que orientam a publicidade direcionada via internet, nas conexões das redes sociais...

Ou seja, enquanto nas 'sociedades disciplinares', como a preconizada por Bentham, o vigilante está presente e observa os indivíduos em tempo real, nas 'sociedades de controlo' a vigilância é difusa e virtual. E será que todos temos consciência do carácter subordinador e dominador desta vigilância? Ou já a naturalizámos? - questionam Ana Isabel Lopes e Sónia Santos em "Da sociedade disciplinar à sociedade de controlo". [webpages.fc.ul.pt]

É que, adverte Foucault, "quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio da sua própria sujeição."

Convém estarmos atentos. A nós próprios...

António Baldaia
(pesquisa e seleção)

Fotomontagem de Adriano Rangel
a partir de "Panopticon", Michael Ulrich



nesta edição

- a abrir
02. **SPN intenta ação contra o ME**
- editorial
03. **Valorizar e melhorar a condição profissional dos docentes**
- ação sindical
05. **Escolas à beira de um ataque de nervos**
06. **Os directores que temos**
07. **2016, a exceção que devia ser regra**
08. **Ministério frustra expectativas**
10. **Jornadas sindicais 2016**
14. **Manuel Carvalho da Silva: O tempo que vivemos é um tempo desafiante**
16. **Sandra Monteiro: É possível inverter a globalização neoliberal**
- congresso fenprof
19. **A voz dos delegados do SPN**
Intervenções de Ondina Maia, Mário Carvalho, José Augusto Cardoso, André Cubo da Costa e Francisco Teixeira
- opinião
24. **Supervisão pedagógica e aulas assistidas**
26. **Ser professor é viver, sonhar, construir... e nunca desistir!**
27. **Cidadania de poltrona**
- contencioso
28. **A justiça da política e a política da injustiça**
- apostas spn
30. **Guimarães Jazz faz 25 anos**
Arnaldo e Cristina no Theatro Circo
Adele em versão gospel
Cirque du Soleil regressa a Lisboa
- a fechar
31. **Pode o pan-otismo instalar-se na escola?**



spn
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - nº 71
julho • agosto • setembro 2016
spninfo@spn.pt